

mut.

A REVISTA DO MUTUALISMO

N.º 16 | EDIÇÃO 2025 | ISSN 2183-1114

LUÍS ALBERTO SILVA

“ASSISTIMOS A
UMA MUDANÇA DE
PARADIGMA NA UMP”

FÁTIMA ARAÚJO

“OS VALORES DA
SOLIDARIEDADE
SÃO CADA VEZ
MENOS PRATICADOS”

O IMPACTO
ECONÓMICO DO
MUTUALISMO

UMP PRESIDE
UNIÃO MUNDIAL
EM 2027

AS MUTUALIDADES
DOS TRABALHADORES
DOS MUNICÍPIOS

O MUTUALISTA
CARLOS CASTELEIRO

CUIDAM DE SI E DA SUA SAÚDE. PROTEGEM O SEU PRESENTE E O FUTURO.

O QUE SÃO MUTUALIDADES?

São IPSS sem fins lucrativos e de utilidade pública, que disponibilizam aos seus associados e famílias, essencialmente através da respetiva quotização, modalidades de benefícios complementares de segurança social e saúde.

O QUE FAZEM POR SI?

MODALIDADES DE SEGURANÇA SOCIAL

Soluções de poupança, reforma, invalidez, sobrevivência, desemprego, capitais para jovens, educação...

MODALIDADES DE SAÚDE

Assistência médica e de enfermagem (clínicas, hospitais, exames), assistência medicamentosa

AÇÃO SOCIAL

Creches, jardins de infância, lares, apoio domiciliário, centros de dia...



EDITORIAL

UM COMPROMISSO COM A RELEVÂNCIA DO MUTUALISMO NA SOCIEDADE



A Revista MUT tem vindo a consolidar-se como um espaço privilegiado de comunicação e reflexão sobre o mutualismo e a economia social, apostando na relevância dos seus conteúdos e no impacto da sua mensagem. Mais do que um repositório das atividades anuais da União das Mutualidades Portuguesas (UMP), a MUT evoluiu para se afirmar como uma ferramenta de diálogo com os diversos públicos do setor social e da sociedade em geral. Ao longo dos anos, os conteúdos basearam-se em entrevistas de fundo com figuras do governo, artigos de opinião e uma cobertura das iniciativas da UMP e das associações mutualistas. Contudo, as novas exigências da comunicação e a necessidade de construir narrativas mais inspiradoras indo ao encontro das tendências atuais da economia social e dos interesses da sociedade contemporânea impulsionaram-nos a diversificar os temas abordados.

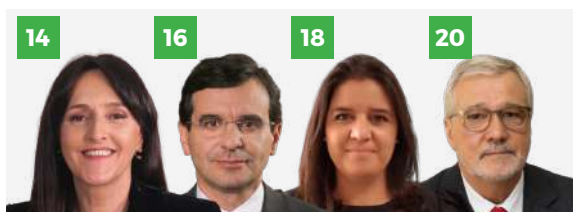
Nas últimas edições, introduzimos artigos de fundo explorando o impacto económico e social do mutualismo, abordámos temas como as respostas habitacionais promovidas pelas mutualidades, a poupança através das gerações e reportagens sobre projetos inovadores que estão a transformar o setor.

Esta edição leva essa evolução mais longe, dando voz a antigos dirigentes mutualistas, que partilham as suas histórias e visões, e a personalidades mediáticas que refletem sobre a poupança e a intervenção social. Apresentamos, também, histórias de sucesso no associativismo mutualista, projetos empreendedores que alavancam a capacidade de intervenção das mutualidades nos territórios. Como tema de capa, uma oportuna entrevista de fundo com Luís Alberto Silva, que lidera a UMP há 12 anos e acaba de ser reeleito para um novo mandato.

Esta abordagem plural reforça o compromisso da Revista MUT em destacar temas específicos do mutualismo sem perder de vista a sua interseção com questões mais amplas da economia social e da sociedade. Queremos ser mais do que uma voz do movimento mutualista; queremos ser um espelho da relevância do setor, um catalisador de ideias e um veículo de inspiração para o futuro.

Convidamo-lo a explorar esta edição com a certeza de que, ao longo destas páginas, descobrirá o dinamismo, a inovação e a essência solidária que tornam o mutualismo tão especial. ■

ÍNDICE



ENTREVISTA

06 LUÍS ALBERTO SILVA

Uma entrevista incontornável com o Presidente da UMP depois da sua reeleição para um novo mandato.

OPINIÃO

14 CLARA MARQUES MENDES, Secretária de Estado da Ação Social e da Inclusão, sublinha as iniciativas do Governo para fortalecer o financiamento do Setor Social e Solidário.

16 ADALBERTO CAMPOS, Ex-Ministro da Saúde e Professor Universitário, reflete sobre "A importância do mutualismo e do setor social na sustentabilidade do sistema de saúde português".

18 SÓNIA ALMEIDA, Coordenadora Nacional da Garantia para a Infância, aborda o compromisso e a ação do setor social no combate à pobreza e na implementação desta agenda.

20 MÁRIO MOURÃO, Secretário Geral da UGT, chama a atenção para os "Desafios da contratação coletiva e das relações de trabalho nas instituições sociais".

MUTUALISMO

22 O IMPACTO ECONÓMICO DO MUTUALISMO EM PORTUGAL

Vai ficar surpreendido ao saber qual o contributo efetivo das mutualidades para a economia nacional e para a economia social.

24 INTERNACIONAL

União Mundial das Mutualidades com presidência portuguesa em 2027.

26 2024 EM RETROSPECTIVA

O XIV Congresso Nacional do Mutualismo foi o evento de um ano de conferências, encontros, celebrações e de factos marcantes.

30 MANTA MUTUALISTA

Mutualidades de norte a sul do país mobilizam crianças e idosos das suas respostas sociais para trabalho colaborativo.

32 CIDACL

Um (renovado) recreio cheio de cor, um palco de novas descobertas e brincadeiras dos petizes do centro infantil da UMP.

34 GARANTIA + MUTUALISTA

Nova solução de poupança que visa atrair novos públicos para o movimento mutualista.

38 O FACTO

A Beneficência Familiar do Porto e a Misericórdia de Angra do Heroísmo acordam fusão que salva a Caixa Económica do Porto.



ROSTOS DA CIDADANIA E SOLIDARIEDADE

40 CARLOS CASTELEIRO ALVES: A história de vida de um mutualista, médico, professor e político.

44 FÁTIMA ARAÚJO: Jornalista e pivot da RTP reflete sobre a ligação entre o jornalismo e o mutualismo.

46 ANA SOFIA ANTUNES: Um farol para a inclusão das pessoas com deficiência. Enquanto decisora política sempre ouviu as mutualidades.

47 ANTÓNIO MARTINS DE OLIVEIRA: O empreendedor com visão de futuro que modernizou A Previdência Portuguesa.

48 NA ROTA DOS POVOS: Uma ONG-D de muitos rostos e mãos que cuidam, ensinam e levam o desenvolvimento à Guiné.

49 CARLA ALVES, Trabalhadora do Ano: a administrativa multitask da Familiar de Espinho.

INOVAÇÃO

50 INCLUSÃO: A cafetaria d'A Previdência Portuguesa ajuda a integrar no mercado de trabalho pessoas com paralisia cerebral.

52 ENVELHECIMENTO ATIVO: E depois da reforma? O voluntariado sénior é uma forma de colocar o saber e a experiência ao serviço da comunidade.

54 SAÚDE MENTAL: Projeto da UMP recorre à arteterapia para apoiar 600 crianças e jovens de Bragança, Macedo de Cavaleiros e Mirandela.

55 MUTUALISMO EM MOVIMENTO

O projeto de capacitação institucional que robustece a UMP para melhorar nível de resposta às necessidades das mutualidades.

MUTUALIDADES

56 CASOS DE SUCESSO: As mutualidades dos trabalhadores dos municípios de Gondomar e São Pedro do Sul.

58 ASSOCIATIVISMO: Apresentamos as duas novas filiadas da UMP: A Prevenção do Porto e a Aliança Mutualista de Lisboa.

60 SAÚDE CLÍNICA SÃO CRISTÓVÃO: Uma referência na prestação de cuidados de saúde e na formação de enfermeiros

62 RENOVAÇÃO E EXPANSÃO: A Beneficência Familiar do Porto inaugura nova sede com um investimento de seis milhões de euros.

LAZER

64 PROTOCOLOS: Faça férias para recuperar energias e poupar também... com os parceiros UMP.



mut.

União das Mutualidades Portuguesas

Avenida 29 de Março, 754 Loja 14,

Apartado 58, 3885-518 Esmoriz

Telefone: 256 112 880

NIPC - 501 097 350

www.mutualismo.pt | uniao@mutualismo.pt

Editor Luís Alberto Silva | **Redação e Fotografia:** UMP

Impressão Multitema

Propriedade e Edição União das Mutualidades Portuguesas

Tiragem 500 exemplares | Depósito Legal 366134/13 | ISSN 2183-1114

Distribuição gratuita

Os artigos assinados são da responsabilidade dos seus autores e não expressam necessariamente a opinião do editor.



LUÍS ALBERTO SILVA

NOVOS HORIZONTES PARA O MUTUALISMO

Reeleito para um novo mandato à frente da União das Mutualidades Portuguesas (UMP), Luís Alberto Silva revela os “novos horizontes do mutualismo” que pretende abrir nos próximos quatro anos. Entre desafios como a expansão e capacitação do movimento, a abolição dos constrangimentos que impedem o setor de reforçar o seu papel nos cuidados de saúde e a internacionalização, acredita que a revisão do Código das Associações Mutualistas estará para breve. Em mais de uma década de liderança, mudou “o paradigma da UMP”, indo ao encontro das associações, profissionalizando os seus serviços e assumindo uma voz ativa no espaço público.

Foi recentemente reeleito para um novo mandato e afirmou que não se recandidatou para fazer mais do mesmo. O lema da sua campanha, Novos Horizontes, reflete essa visão, mas em que se traduz concretamente essa proclamação?

Antes de mais, quero expressar a nossa gratidão às associadas da UMP por renovarem de forma tão expressiva a confiança nestes órgãos associativos, sinal de que temos sabido interpretar os seus anseios e expectativas.

Este lema reflete exatamente o nosso compromisso de não encarar uma recandidatura como uma mera continuidade. Sempre disse que o mandato termina no último dia, e o novo começa com uma visão completamente renovada. O que fizemos até agora é muito pouco comparado ao que ainda há para fazer. Para este mandato, temos várias apostas estratégicas. Em primeiro lugar, queremos recuperar e ajudar a regularizar instituições que existiram no passado, mas que hoje funcionam de forma precária ou sem cumprimento das obrigações legais. O objetivo não é obrigá-las a seguir um caminho, mas oferecer apoio para que se tornem mais fortes e sustentáveis, evitando problemas com o Estado devido a práticas irregulares.

Outra grande prioridade é expandir o movimento mutualista para distritos onde atualmente não existem mutualidades. Sabemos que o mutualismo já foi representado por

cerca de 700 instituições no país, mas há regiões onde não temos presença. Queremos apoiar a criação de associações mutualistas nesses locais, promovendo práticas mutualistas que respondam às necessidades da comunidade local.

Além disso, focamo-nos em ajudar instituições que enfrentam fragilidades, seja na gestão ou na sua intervenção comunitária. Oferecemos consultoria e apoio técnico para que possam identificar áreas de melhoria e tornar-se mais relevantes e impactantes junto dos seus associados e das suas comunidades. Por outro lado, reforçaremos a nossa presença junto do Governo. O mutualismo tem uma história de 848 anos, sendo um dos movimentos sociais mais antigos do mundo. O Governo precisa reconhecer isso e permitir que continuemos a cumprir os nossos fins, muitas vezes travados por entraves burocráticos. Não queremos substituir o Governo nem assumir funções que não nos competem; queremos ser parceiros no apoio às populações, especialmente às que mais precisam.

A que entraves burocráticos se refere?

Ao Código das Associações Mutualistas, por exemplo. No processo de revisão de 2018, a proposta inicial que apresentámos baseava-se na prática real das mutualidades e foi feita em resposta a uma exigência da Lei de Bases da Economia Social, aprovada

pela Assembleia da República. Infelizmente, o Código que acabou por ser aprovado e se encontra em vigor não reflete as necessidades do movimento mutualista, prejudicando o seu desenvolvimento. Por isso, tomámos uma posição clara: grande parte das mutualidades decidiram não alterar os seus estatutos para se alinharem com o Código atual. Defendemos um modelo que permita o progresso e a evolução do setor, e fizemos esta preocupação chegar ao Governo. Durante o Congresso da UMP, a Ministra assumiu o compromisso de tratar deste tema e, mais recentemente, recebemos a confirmação de que o dossier estará fechado e foi remetido à Ministra para aprovação. Acreditamos que, finalmente, teremos um Código atualizado que vá ao encontro das nossas pretensões, permitindo que cerca de 40 estatutos das mutualidades possam ser aprovados e regularizados.

“QUEREMOS RECUPERAR E AJUDAR A REGULARIZAR INSTITUIÇÕES QUE FUNCIONAM DE FORMA PRECÁRIA.”



“ACREDITAMOS QUE, FINALMENTE, TEREMOS UM CÓDIGO ATUALIZADO QUE VÁ AO ENCONTRO DAS NOSSAS PRETENSÕES.”

O país precisa e as mutualidades estão interessadas em aprofundar a cooperação com o Estado para melhorar o acesso dos portugueses aos cuidados de saúde. Nesta matéria, há três constrangimentos que obstaculizam a concretização plena de um dos fins fundamentais das associações mutualistas que é a assistência médica e medicamentosa. Um regime jurídico das farmácias de oficina que impede a abertura de novas farmácias sociais e a resistência do governo em celebrar novas convenções de especialidades médicas e acordos para a prescrição e realização de meios complementares de diagnóstico e terapêutica (MCDT).

Todas essas matérias ficaram consagradas na Adenda ao Compromisso de Cooperação para o Setor Social e Solidário celebrado com o anterior Governo

em dezembro de 2023, mas não tiveram tradução prática em 2024 conforme estipulado. Acredita que este Governo irá concretizar essas medidas em 2025?

Tenho plena confiança de que este Governo vai resolver estes dossiers em 2025. É verdade que, fruto da nossa persistência, conseguimos que fossem incluídas estas matérias na Adenda ao Compromisso de Cooperação, mas temos que admitir que, com um governo em gestão corrente, eleições legislativas e um novo executivo que tinha necessidade de se inteirar de todos os assuntos da governação, não deixaram tempo suficiente para concretizá-las.

São dossiers estruturantes para o movimento mutualista e para o país, e é incompreensível que continuem pendentes, especialmente considerando os problemas do Serviço Nacional de Saúde (SNS),

como atrasos em consultas e exames. O movimento mutualista foi pioneiro na área da saúde, muito antes do SNS, e dá respostas concretas às populações. Temos clínicas capazes de prestar cuidados de saúde de excelência, de realizar exames e prescrever MCDT, o que evitaria que muitos doentes sobrecarregassem os centros de saúde e as urgências hospitalares. Contudo, encontramos resistência do Governo em estabelecer novas convenções connosco, mesmo sabendo que o mutualismo atende, sobretudo, as pessoas mais carenciadas, com menor capacidade financeira para aceder aos cuidados de saúde privados. É injusto que acordos semelhantes sejam celebrados com hospitais e clínicas privadas, enquanto as mutualidades são ignoradas.

Relativamente às farmácias sociais, a situação é igualmente frustrante. Há anos enfrentamos entraves legais e processos judiciais que impedem o crescimento

desta resposta fundamental para a assistência medicamentosa. Apesar de cumprirmos todas as exigências legais, o Infarmed aplica interpretações restritivas que protegem os interesses das farmácias privadas, em detrimento das mutualidades. Atualmente, temos cerca de 15 farmácias sociais, mas poderíamos ter muitas mais, aliviando os custos dos medicamentos para quem mais precisa.

É difícil compreender por que motivo as mutualidades não têm a mesma liberdade que o setor privado para abrir farmácias. Enquanto cumprimos as áreas, normas e requisitos exigidos, não deveria haver qualquer impedimento. Mas a realidade é que enfrentamos um protecionismo dirigido às cerca de 2.000 farmácias privadas existentes, enquanto as mutualidades são limitadas. Resolvendo estes quatro dossiers daremos um passo decisivo para reforçar o papel do mutualismo na sociedade portuguesa e

garantir respostas mais eficazes às populações que mais precisam.

O Governo, entretanto, acaba de celebrar um protocolo com as Misericórdias na área da prestação de cuidados de saúde e da prescrição de MCDT. em que não resolveu durante 2024 as quatro questões que mencionou. Como é que as mutualidades se posicionam relativamente a este acordo?

Encaramos como algo positivo que o Governo tenha assinado este acordo com a União das Misericórdias Portuguesas, sobretudo tendo em conta a dimensão que as Misericórdias têm na área da saúde, com os seus hospitais e respostas especializadas.

No entanto, acredito que o Governo falhou ao limitar o diálogo a uma única entidade. O setor da economia social não se resume às Misericórdias; também inclui as mutualidades, a CNIS e a CONFECOOP, que são igualmente representativas e fundamentais para a coesão social.

**“É DIFÍCIL
COMPREENDER
POR QUE MOTIVO
AS MUTUALIDADES
NÃO TÊM A MESMA
LIBERDADE QUE
O SETOR PRIVADO
PARA ABRIR
FARMÁCIAS.”**



“AS MUTUALIDADES CONGREGAM MAIS DE UM MILHÃO DE ASSOCIADOS E CONCEDEM BENEFÍCIOS A MAIS DE 2,5 MILHÕES DE PORTUGUESES.”

Seria mais vantajoso – e até mais justo – que este protocolo tivesse sido negociado com as quatro entidades que integram a Comissão Permanente do Setor Social. Isso beneficiaria não só as instituições envolvidas, mas também os portugueses, que poderiam contar com um reforço mais equilibrado e eficaz ao Serviço Nacional de Saúde (SNS).

Fizemos sentir este desagrado ao Governo, através de uma carta enviada ao Primeiro-Ministro, e os outros parceiros também expressaram as suas preocupações à Ministra da Saúde. Estas iniciativas têm como objetivo não criar divisões, mas garantir equidade entre todas as entidades representativas. Já temos uma reunião agendada com a Ministra para reforçar a importância de um diálogo mais inclusivo e de uma abordagem mais harmoniosa em futuras negociações.

No fundo, todos ganhamos – o SNS, as instituições e, acima de tudo, os portugueses – se houver uma distribuição mais equilibrada das responsabilidades. As mutualidades, por exemplo, têm clínicas e serviços que podem ajudar a aliviar a pressão sobre as unidades de saúde e as urgências hospitalares, tal como acontece com o setor privado. O objetivo é sempre garantir que as pessoas tenham acesso a cuidados médicos de forma célere e eficaz, independentemente da entidade que preste o serviço. Se trabalharmos juntos, reforçamos o SNS e melhoramos a qualidade de vida dos cidadãos.

O mundo em que vivemos está a viver profundas transformações.

A evolução demográfica gera preocupações no que respeita ao futuro do Estado Social, seja ao nível do acesso dos

portugueses aos cuidados de saúde, da sustentabilidade da segurança social, da proteção de uma população envelhecida e dos imigrantes que escolheram Portugal para refazerem as suas vidas. Como é que se posiciona o movimento mutualista, a quem se reconhece um valioso património de intervenção social, perante estes enormes desafios?

O mutualismo tem raízes históricas com mais de oito séculos. Emergiu da chamada sociedade civil que se auto-organizou para fazer face aos infortúnios, à doença e a tantas outras preocupações, porque o Estado não o fazia. Foi o precursor do sistema público de segurança social, tanto que o Ministério do Trabalho e Previdência Social é criado em 1916, por forte influência dos mutualistas. Com o seu espaço de intervenção preenchido, as associações mutualistas

“AS ASSOCIAÇÕES MUTUALISTAS TÊM VINDO A PROFISSIONALIZAR-SE, A MODERNIZAR-SE E A CRESCER. TEMOS ASSISTIDO A GRANDES INVESTIMENTOS EM EQUIPAMENTOS E HÁ VÁRIOS PROJETOS CANDIDATOS AO PRR QUE VÃO ROBUSTECER AINDA MAIS A SUA CAPACIDADE DE INTERVENÇÃO.”

reposicionaram-se como entidades com uma missão complementar do Estado na prestação de cuidados de saúde, na previdência e na proteção social. O ADN das mutualidades é estar ao lado dos portugueses. Participar numa missão coletiva, assumindo mais responsabilidades para assegurar cuidados de saúde, modalidades de previdência social, cuidados aos idosos e à infância e às famílias, habitação para arrendamento a custos acessíveis, entre outras, é um desafio natural.

Está o movimento mutualista, com a sua dimensão, preparado para dar esses passos?

Estou certo de que estará à altura das suas responsabilidades e das expectativas dos portugueses. Há a tendência, por vezes de subvalorizar o papel deste setor da economia social, mas o seu impacto económico e social fala por si e as estatísticas do INE confirmam-no claramente. As mutualidades congregam mais de um milhão de associados e concedem benefícios a mais de 2,5 milhões de portugueses. Possuem uma relevância económica incontestável como revelam os dados da última Conta Satélite da Economia Social: geram um Valor Anual Bruto superior a 327 milhões de euros e suportam mais de um terço dos impostos pagos ao Estado

pelo setor da Economia Social. Criam emprego, praticam remunerações médias superiores às da economia nacional e da economia social e prestam um contributo assinalável para a coesão social nas suas comunidades.

Nos últimos anos, as associações mutualistas têm vindo a profissionalizar-se, a modernizar-se e a crescer. Temos assistido a grandes investimentos em equipamentos, outros estão ainda em curso e há vários projetos candidatos ao PRR que vão robustecer ainda mais a sua capacidade de intervenção.

As Mutualidades podem ter um papel ainda mais relevante na sociedade portuguesa, mas para que isso aconteça importa remover os constrangimentos legais e burocráticos que persistem. Em diálogo com o Estado, no seio da Comissão Permanente do Setor Social, precisamos de rever e estudar novos modelos de respostas sociais, assim como os respetivos mecanismos de financiamento. Também as associações mutualistas precisam atualizar e criar novas modalidades de previdência e poupança mutualista mais atrativas e ajustadas aos problemas da sociedade contemporânea, incluindo obviamente os imigrantes. Até por causa, da sua sustentabilidade, já que modalidades tradicionais

como o subsídio de funeral não são sustentáveis, a menos que haja uma renovação geracional.

O mutualismo tem mostrado uma enorme capacidade de adaptação e criatividade ao longo dos séculos. Essa resiliência é o que nos distingue de outras entidades do setor social e é a chave para garantir a nossa relevância no futuro.

O Primeiro-Ministro anunciou a intenção de criar uma lei de finanças do setor social. Seria uma evolução positiva na relação das instituições com o Estado?

Todas as medidas que reforcem a transparência, previsibilidade, sustentabilidade e autonomia do setor social serão positivas. A intenção manifestada pelo Sr. Primeiro-Ministro é louvável e contém boas premissas, mas é fundamental que o Estado suporte o custo efetivo das respostas sociais consagrado no Pacto de Cooperação para o Setor Social e uma fórmula que acomode o impacto nesses custos, por exemplo, do aumento do salário mínimo que acontece no início de cada ano. Neste momento [em que concede a entrevista], estamos a preparar início da negociação do Compromisso de Cooperação de 2025 e, nessa altura, perceberemos melhor o que se pretende.



“É FUNDAMENTAL QUE O ESTADO SUPORE O CUSTO EFETIVO DAS RESPOSTAS SOCIAIS CONSAGRADO NO PACTO DE COOPERAÇÃO.”

O Presidente da UMP tem dado uma grande relevância à representação internacional do movimento mutualista português. Vai continuar a ser uma aposta estratégica no mandato que está a iniciar?

A internacionalização é crucial. Não podemos ficar fechados no nosso espaço nacional. Precisamos de aprender com os nossos vizinhos, partilhar boas práticas e trazer inovações que fortaleçam o movimento. Foi com essa visão que começámos a integrar organismos internacionais, como a União Mundial das Mutualidades, onde assumiremos a presidência em 2027. Também reforçámos a nossa presença internacional, presidindo à Organização Internacional da

Economia Social, com sede em Bruxelas, o que nos aproxima das decisões e legislações europeias que impactam diretamente o setor.

Reconhece que alguns setores do mutualismo ainda têm dificuldade em compreender esta aposta na internacionalização?

Sim, reconheço. Historicamente, o mutualismo sempre foi um movimento muito reservado, o que é compreensível, tendo em conta as perseguições durante o Estado Novo. As assembleias eram realizadas quase de forma clandestina, e isso criou uma cultura de retraimento. No início da minha presidência, senti alguma resistência à ideia de abrir o movimento ao exterior.

Mas insisti, porque acredito que mostrar as nossas fragilidades é tão importante quanto exibir as nossas forças. Só assim conseguimos melhorar. Hoje, vemos uma maior abertura, fruto do trabalho que temos desenvolvido. Eventos internacionais, como a Assembleia Geral da União Mundial das Mutualidades, realizada em Portugal, ajudaram a mostrar as vantagens da partilha de experiências. Além disso, a legislação europeia impacta diretamente o setor mutualista. Estarmos envolvidos nesses processos permite-nos antecipar mudanças e contribuir para que as decisões tomadas a nível europeu sejam mais favoráveis às mutualidades. É um trabalho que nos prepara para os desafios futuros e garante que o mutualismo esteja à altura das suas responsabilidades globais.

Chegou à liderança da UMP em 2012. O que é que mudou na instituição desde então?

Assistimos a uma mudança de paradigma. Antes de 2012, as mutualidades tinham de deslocar-se a Lisboa para obter qualquer tipo de apoio da UMP o que criava um grande distanciamento. Quando assumimos a presidência, começámos a ir ao encontro das associações, reunindo nas suas sedes, em horários convenientes e adaptados às suas realidades. Muitas instituições desconheciam o movimento mutualista como um todo. Excetuando o Montepio Geral que era a grande referência, associava-se o mutualismo a cotizações muito baixas e práticas assistencialistas. Com o tempo, fomos alterando essa perceção, mostrando que o mutualismo é um movimento robusto, moderno,

**“AS ASSOCIAÇÕES MUTUALISTAS
PRECISAM ATUALIZAR E CRIAR
NOVAS MODALIDADES DE PREVIDÊNCIA
E POUPANÇA MUTUALISTA MAIS
ATRATIVAS E AJUSTADAS AOS PROBLEMAS
DA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA,
INCLUINDO OBVIAMENTE OS IMIGRANTES.”**

essencial para responder às necessidades das populações. Com a nossa aproximação às mutualidades, identificámos várias necessidades e começámos a construir uma estrutura profissionalizada, que hoje é constituída por 13 técnicos a tempo inteiro – 30 contando com a equipa do centro infantil que gerimos em Lisboa – distribuídos por vários gabinetes: jurídico, financeiro, estudos e projetos, eventos, comunicação, informática, entre outros, que, não só dão apoio às nossas filiadas, mas também qualificam o desempenho da UMP. E vai aumentar, em breve, para colocar em marcha novos projetos. Este crescimento reflete a nossa maior capacidade de intervenção e a necessidade de responder a desafios cada vez mais exigentes de um movimento que abrange áreas muito diversificadas, entre outras, a saúde, previdência, proteção social, educação e formação profissional.

A UMP tem alertado para a forma como têm sido distribuídos os apoios para os projetos de capacitação institucional para as entidades do Conselho Nacional da Economia Social (CNES) e da

Concertação Social. O CNES não está a corresponder ao que espera dele?

Infelizmente, o CNES, mesmo sendo um órgão consultivo, está longe de cumprir o seu potencial. As reuniões são escassas e, quando acontecem, não produzem resultados concretos. Além disso, há uma grande discrepância nos apoios financeiros concedidos às entidades da Concertação Social e às do CNES. Enquanto os projetos de capacitação para a Concertação Social têm recebido aumentos significativos – com valores que já ultrapassam um milhão de euros por entidade –, as entidades do CNES enfrentam cortes sucessivos acima dos 50%. Esta desvalorização é preocupante.

O CNES deveria ter mais força e um financiamento adequado para apoiar as entidades que representa.

Sem isso, as instituições enfrentam dificuldades extremas para manter os serviços e gabinetes técnicos que foram criados para apoiar as suas associadas. É fundamental que o Governo reveja esta abordagem e valorize o papel essencial do CNES na estruturação da economia social. ■



Muitos dos dias de **Luís Alberto Silva** começam ainda antes do amanhecer. Faça sol ou chuva, sempre que pode, veste o equipamento e sai para o seu jogging matinal. Nada de admirar num ex-jogador e ex-treinador de futebol. A correr ou a caminhar, aprecia os sons da natureza, os pormenores da paisagem e de se cruzar com os outros corredores madrugadores. Quando não tem reuniões em Ministérios, Direções-gerais, autarquias ou mutualidades, é frequentemente um dos primeiros a chegar ao gabinete, onde o aguardam reuniões, relatórios, contactos e decisões. O trabalho prolonga-se muitas vezes até depois do pôr do sol, sem pausas para almoço. Rigor, responsabilidade e criatividade são valores que cultiva e admira em quem o rodeia. Nos raros tempos livres, gosta de relaxar ao som da música, que o acompanha também no trabalho, e dedica-se à leitura de biografias de grandes líderes, literatura sobre espiritualidade, saúde e bem-estar. Nas tertúlias com mutualistas, gosta de partilhar histórias de antigos líderes, como Alcides Castanheira, António Vilaça, Ana Ferro, Mário Branco, Vítor Melícias, António da Costa Leal, Robalo Martins, Alberto Ramalheira, António Reis, Carlos Lucas, Tristão Reis, Libertário Viegas... e, no cooperativismo, admira e recorda com saudade o percurso e o papel de Rogério Cação no universo da economia social.



DR

CLARA MARQUES MENDES

SECRETÁRIA DE ESTADO DA AÇÃO SOCIAL E DA INCLUSÃO

VALORIZAR O SETOR SOCIAL E SOLIDÁRIO

“O papel fundamental que as Instituições do Setor Social e Solidário desempenham junto das pessoas deve ser reconhecido.”

Uma das prioridades do Governo da AD foi o da valorização do Setor Social e Solidário, dando-lhe segurança e previsibilidade para realizarem condignamente o seu trabalho. O papel fundamental que as Instituições do Setor Social e Solidário desempenham junto das pessoas, no combate às desigualdades sociais, no combate à pobreza e na prossecução da coesão social, deve ser reconhecido. O Setor Social e Solidário é um verdadeiro parceiro do Estado. A proximidade das pessoas faz com que as respostas necessárias cheguem a quem delas mais precisa. Por isso, desde a primeira hora, a preocupação de valorização do Setor Social ficou refletida no programa do Governo, por justiça e por direito enquanto importante parceiro do Estado. No Programa do Governo, ficou estabelecido que uma das prioridades seria, entre outras, a de criar

modelos que visem a sustentabilidade financeira das instituições do setor social e solidário. Sabemos, do contacto com as Entidades Representativas do Setor Social e Solidário e com as várias instituições, que é um problema com o qual o setor se defronta, em muitos casos. Foi esta, como disse, umas das prioridades estabelecida no Programa do Governo. Mas, não se ficou pelo programa. Começámos de imediato, juntamente com o setor, a fazer um trabalho que nunca tinha sido feito de cálculo do custo das respostas sociais de forma a encontrar uma fórmula de financiamento que permitisse garantir a sustentabilidade financeira das instituições do setor social e solidário, de acordo com as tipologias de respostas, o custo real do utente, a inflação e o aumento da retribuição mínima mensal garantida. Um trabalho que fizemos, em conjunto,

num grupo de trabalho, que no final de julho, ou seja, 3 meses após o início das funções, apresentou as conclusões dos custos das respostas sociais, bem como a comparticipação do Estado em cada uma dessas respostas. Portanto, foi apresentada a fórmula de financiamento definida pelo Grupo de Trabalho para cada resposta social com o objetivo de garantir a sustentabilidade e a previsibilidade do Setor Social, minimizando o impacto do aumento da RMMG e os efeitos da inflação, de modo a fazer face a dificuldades de tesouraria das instituições, para vigorar a partir de 2025. Foi, aliás, com base na análise das conclusões desse grupo de trabalho, que o Governo entendeu que deveria fazer uma atualização extraordinária, ainda em 2024, de algumas respostas; as que, em termos de comparticipação, estavam mais deficitárias. E foi isso que foi feito. No dia 2 de outubro de 2024,

“No Programa do Governo, ficou estabelecido que uma das prioridades seria a de criar modelos que visem a sustentabilidade financeira das instituições do setor social e solidário.”

foi assinada, pelo Senhor Primeiro-Ministro e pelos representantes do setor, uma adenda ao compromisso de cooperação com o setor social, procedendo ao aumento de 3,5% na comparticipação financeira mensal do Estado com efeitos retroativos a janeiro de 2024, nas seguintes respostas sociais: Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas (ERPI); Centros de Dia; Lares Residenciais; e o Serviço de Apoio Domiciliário. Mas, importa ainda dizer que além de ser uma atualização extraordinária, o Governo assumiu mais um compromisso com os parceiros. O compromisso de que esta atualização iria continuar em 2025, passando a integrar o valor base de cálculo da comparticipação. Portanto, duplamente extraordinário. Primeiro, porque não estava prevista esta atualização. Segundo, porque o Governo teve como opção política considerar este valor para o futuro. Neste momento, e continuando o nosso trabalho de valorização, de reconhecimento do setor social e solidário, estamos a trabalhar para a atualização da comparticipação do Estado, nas diversas repostas sociais, a ocorrer no biénio 2025/2026, que ocorrerá em breve. Com uma certeza: os 3,5% das 4 respostas que tiveram atualização extraordinária em 2024, são considerados no valor sobre o qual serão

calculadas as atualizações futuras. Estamos certos que, com medidas desta natureza e com diálogo com o setor, estamos a reconhecer o seu papel, introduzindo mais previsibilidade, mais sustentabilidade e mais justiça. Estamos também a preparar uma Lei do financiamento do Setor Social, o que será feito em diálogo com todos, a qual será apresentada durante o ano de 2025. O objetivo é claro: definir, uma vez mais, regras adequadas que garantam previsibilidade e segurança à tesouraria das Instituições independentemente das políticas e dos governos, assumindo um compromisso para o futuro. Mais, foi também aprovada uma das medidas prevista no programa de Governo e que também se prende com a sustentabilidade e apoio do setor. Trata-se da duplicação da consignação de IRS das famílias a favor de instituições sociais de 0,5% para 1%. Medida que se aplicará já este ano. Esta é a nossa forma de reconhecer o importante papel do setor social e de cooperar, em diálogo constante, para que sejamos capazes de dar resposta a esta e outras dificuldades que se vão fazendo sentir. Recordo também a alteração legislativa que efetuámos no sentido de agilizar e tornar efetivo o pagamento da comparticipação adicional por demência às Instituições

com as respostas sociais de Centro de Dia, Serviço de Apoio Domiciliário (SAD) e Estrutura Residencial para Pessoas idosas (ERPI). Estabelecemos que o reconhecimento da situação de demência pode ser atestado não só por médico do SNS da especialidade de psiquiatria ou neurologia, como também, não havendo no concelho ou se o tempo de espera por consulta for superior a 60 dias, por médico das mesmas especialidades do setor privado ou social, desde que não tenha relação profissional com a instituição requerente do apoio adicional da comparticipação. Importante medida de apoio às Instituições do setor social e solidário e assim um maior apoio às pessoas e que resulta de reconhecer que a medida, tal como estava desenhada, dificultava o acesso ao apoio. É assim que temos trabalhado e é assim que iremos continuar a trabalhar: em constante diálogo e em contante articulação com o setor social e solidário. Reitero o importante papel que este Governo reconhece ao setor social e solidário, como um verdadeiro parceiro, que atua para a coesão social, para o combate à pobreza e as desigualdades sociais. Para chegar com respostas sociais, nas mais diversas áreas e em vários ciclos de vida, a quem delas precisa. Continuaremos este trabalho de valorização! ■



DR

ADALBERTO CAMPOS
EX-MINISTRO DA SAÚDE, PROFESSOR ENSP NOVA

A IMPORTÂNCIA DO MUTUALISMO E DO SETOR SOCIAL NO SISTEMA DE SAÚDE PORTUGUÊS

“As mutualidades desempenham um papel relevante no sistema de saúde, especialmente em áreas onde o SNS enfrenta dificuldades.”

O mutualismo e o setor social constituem alicerces primordiais no contexto do Sistema de Saúde português e das políticas públicas de saúde. Desde o advento das primeiras associações mutualistas no século XIX, estas organizações têm-se afirmado como vetores imprescindíveis na promoção de um acesso equitativo aos cuidados de saúde, em clara sinergia com as atribuições do Estado, consolidando, simultaneamente, os alicerces da coesão social.

O mutualismo em Portugal tem as suas raízes nas próprias necessidades da população em contextos de insuficiência do Estado. Durante o século XIX, a industrialização crescente e as condições laborais precárias incentivaram o surgimento de associações mutualistas

fundamentadas na solidariedade e na ajuda mútua. Estas organizações ofereciam cuidados de saúde, subsídios em caso de doença ou invalidez e apoio e suporte às famílias dos trabalhadores. Atualmente, as mutualidades desempenham um papel relevante no sistema de saúde, especialmente em áreas onde o SNS enfrenta dificuldades em assegurar a cobertura total. As Mutualidades Portuguesas, tal como a União das Mutualidades Portuguesas, são exemplos de organizações que promovem a integração entre os setores público, privado e social, contribuindo para a eficiência e sustentabilidade do sistema de saúde. O setor social, composto por organizações como as IPSS (Instituições Particulares de

Solidariedade Social), Misericórdias e Associações Mutualistas é um aliado fundamental do SNS. Estas entidades não se limitam a prestar cuidados de saúde e apoio social, desempenhando igualmente um papel essencial na promoção da saúde, na prevenção da doença e na educação para a saúde. Dados recentes revelam que as IPSS administram um número substancial de unidades de cuidados continuados, lares e centros de dia, essenciais para atender às exigências de uma população cada vez mais envelhecida. Este desafio é particularmente relevante em Portugal, onde mais de 22% da população tem mais de 65 anos, de acordo com o Instituto Nacional de Estatística (INE). As políticas públicas de saúde em Portugal valorizam o setor social e

“O mutualismo e o setor social são pilares fundamentais do sistema de saúde português, complementando o SNS e contribuindo para a sua sustentabilidade.”

mutualista incentivando as parcerias que reforcem a capacidade do SNS. O Programa Nacional para a Promoção da Saúde e o Plano Nacional de Saúde são exemplos de iniciativas que envolvem o setor social na execução de medidas de prevenção da doença e de promoção da saúde.

A criação da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI) ilustra exemplarmente a cooperação entre o setor público e o setor social. Estabelecida em 2006, a RNCCI visa garantir cuidados de saúde e apoio social a indivíduos em situação de dependência, contando com a participação de organizações sociais, como as Misericórdias e as IPSS, na gestão e prestação dos serviços.

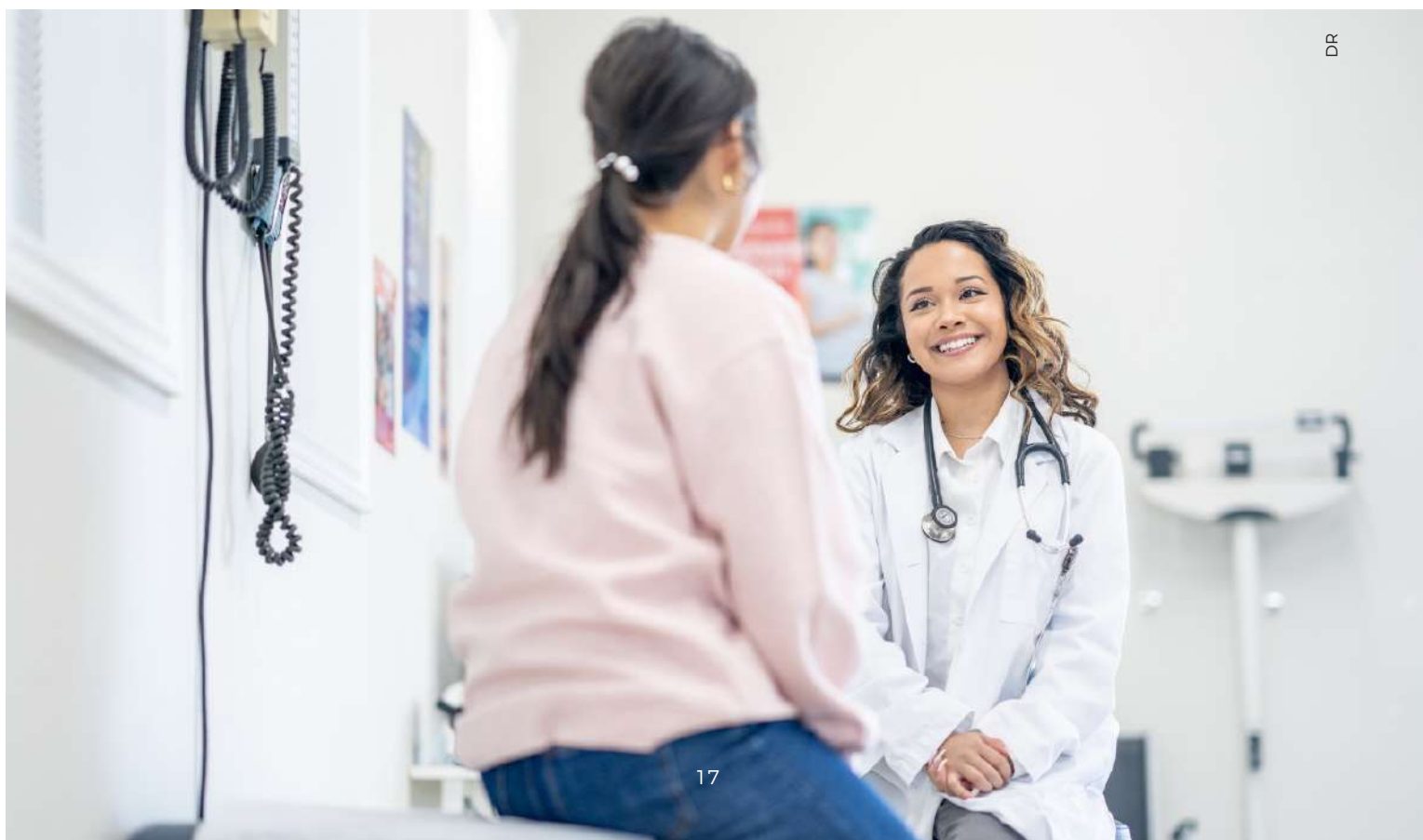
No entanto, para que estas parcerias alcancem plena eficácia é necessário superar desafios relacionados com o financiamento, a formação de recursos

humanos e a coordenação entre as diferentes entidades. A alocação de recursos de forma equitativa e eficiente é essencial para evitar sobrecargas no setor social e garantir a sua sustentabilidade e a sua viabilidade a longo prazo.

Num contexto de crescentes desafios financeiros e operacionais para o SNS, o mutualismo e o setor social surgem como aliados imprescindíveis para garantir a sustentabilidade do sistema. O mutualismo, com a sua tradição de solidariedade, e o setor social, com a sua proximidade às comunidades, estão bem posicionados para contribuir para esse objetivo.

A introdução de modelos de cuidados centrados no utente, a utilização de tecnologia para melhorar o acesso aos serviços e o reforço das redes de apoio comunitário são exemplos de áreas onde o setor social pode

liderar. Para além disso, o setor social pode atuar como um catalisador de inovação em saúde, promovendo soluções adaptadas às necessidades locais e explorando abordagens complementares às do setor público. O mutualismo e o setor social são pilares fundamentais do sistema de saúde português, complementando o SNS e contribuindo para a sua sustentabilidade. Num momento em que o SNS enfrenta desafios significativos, desde o envelhecimento populacional até à crescente pressão financeira, é essencial reconhecer e reforçar o papel destas entidades. Através de políticas públicas que promovam uma colaboração estreita entre o setor público e o setor social, será possível construir um sistema de saúde mais equitativo, eficiente e adaptado às necessidades da população. ■





DR

SÓNIA ALMEIDA

COORDENADORA NACIONAL DA GARANTIA PARA A INFÂNCIA

DO COMPROMISSO À AÇÃO: O SETOR SOCIAL NA PRÁTICA DA GARANTIA PARA A INFÂNCIA EM PORTUGAL

“Disponibilizar serviços essenciais para as crianças não constitui uma despesa, antes o investimento com o maior retorno.”

Cerca de 20 % da população da UE é composta por crianças: destas, cerca de uma em cada quatro vive em risco de pobreza e exclusão social. A Garantia Europeia para a Infância foi implementada pela União Europeia (UE) com o objetivo de consagrar uma especial atenção e foco nas políticas e ações de apoio às famílias com crianças e propor o desenvolvimento de uma ação concertada para assegurar a concretização dos objetivos de redução da pobreza estabelecidos no Pilar Europeu dos Direitos Sociais. Disponibilizar serviços essenciais para as crianças não constitui uma despesa, antes o investimento com o maior retorno. A transmissão intergeracional da pobreza coloca em risco a coesão social ao longo de gerações e gera custos muito elevados para os Estados,

prejudicando a resiliência económica e social.

O investimento em oportunidades iguais para as crianças lança as bases para um crescimento sustentável e inclusivo, favorecendo sociedades justas e resilientes e uma convergência social ascendente.

No caso concreto de Portugal, a adoção da Recomendação foi assumida após a sua aprovação em junho de 2021. Procedeu-se à designação do coordenador nacional e de uma comissão técnica de acompanhamento com representantes das áreas governativas relevantes, com vista à elaboração do Plano de Ação Nacional, tendo o mesmo sido aprovado (Resolução de Conselho de Ministros n.º 3/2023, de 17 de janeiro) e submetido à Comissão Europeia

a 13 de fevereiro de 2023. A sua operacionalização inicia-se com a implementação de várias medidas, das 76 que o constituem, sendo exemplos: a gratuitidade das creches; criação da prestação social da garantia para a infância; gratuitidade do transporte escolar; isenção da comparticipação familiar no acesso a respostas da rede nacional de cuidados continuados de saúde mental para famílias de baixos escalões de rendimento; diferenciação positiva de acesso de famílias monoparentais a programa de acesso à habitação; implementação dos Núcleos Locais da Garantia para a Infância (NLGPI), enquanto modelo local de abordagem do fenómeno da pobreza infantil, incentivando o investimento em políticas locais de combate à pobreza infantil, a

“O investimento em oportunidades iguais para as crianças lança as bases para um crescimento sustentável e inclusivo, favorecendo sociedades justas e resilientes.”

participação e o compromisso social alargado e o acompanhamento social de proximidade e integrado das crianças e famílias em situação de vulnerabilidade. O processo de instalação de NLGPI teve início em janeiro de 2023, sendo atualmente 133 os NLGPI criados por todo o país, contando com representantes de mais de 1000 entidades, onde, em número muito significativo se incluem as Entidades do setor social.

A operacionalização do modelo de intervenção integrada local que o Plano de Ação vem propor tem subjacente a criação dos NLGPI, criados no âmbito dos Conselhos Locais de Ação Social (Rede Social) dirigidos às crianças e jovens e famílias em situação de pobreza e

vulnerabilidade social. Através da otimização dos recursos existentes na comunidade, do impulso de sinergias e no quadro de uma efetiva cooperação e aplicação conexa de políticas nacionais e locais, especialmente atentos às particularidades específicas de cada território, e com base numa abordagem integrada e multidisciplinar, permitem assegurar uma resposta eficaz às necessidades das crianças e das suas famílias, com vista à prossecução dos objetivos da recomendação europeia da garantia para a infância, à promoção da coesão e do desenvolvimento social, potenciando uma efetiva integração social. As instituições do setor social, presentes em todos os

NLGPI já criados, desempenham um papel crucial no combate à pobreza, especialmente no apoio às pessoas mais vulneráveis e por essa razão, imprescindíveis na operacionalização da garantia para a infância em Portugal. São responsáveis por um contributo essencial na redução das desigualdades, na promoção da inclusão social e na promoção do acesso a direitos básicos e fundamentais, como saúde, educação, alimentação e habitação. O seu trabalho operacionaliza, eleva e complementa as políticas públicas e atua de forma direta e próxima nas comunidades, sendo por essa razão um pilar essencial na construção de uma sociedade mais justa e equitativa. ■





DR

MÁRIO MOURÃO
SECRETÁRIO NACIONAL DA UGT

DESAFIOS DA CONTRATAÇÃO COLETIVA E DAS RELAÇÕES DE TRABALHO NAS INSTITUIÇÕES DO SETOR SOCIAL

“O conjunto da sociedade tem uma dívida de gratidão para com os trabalhadores do setor social.”

A UGT e os seus sindicatos dedicam fundamental atenção aos múltiplos desafios com que as instituições do setor social e respetivos trabalhadores são confrontados, designadamente no que diz respeito à contratação coletiva, que, em minha opinião, é a coluna vertebral que sustenta o desejável equilíbrio das relações de trabalho naquelas empresas, como, de resto, em todos os outros setores da economia. Quando refiro que os sindicatos da UGT também neste setor dedicam especial atenção àquelas instituições e a estes trabalhadores não me foco apenas nas questões contratuais, mas, nomeadamente, no papel insubstituível que desempenham na sociedade portuguesa. Sem qualquer espécie de paternalismo, quero enfatizar que,

no que diz respeito aos referidos trabalhadores, nos merecem um acentuado carinho, pela humanidade que está subjacente ao desempenho das suas funções, que os confrontam frequentemente com situações sociais cuja gestão apresenta elevado grau de dificuldade. Refiro-me, sobretudo, àqueles que trabalham em lares de idosos e em creches, onde lidam diariamente com os utentes, e que acabam por criar relações de proximidade e de afetividade que muitas vezes os afetam negativamente sob o ponto de vista psicológico quando deixam de existir, seja quando os idosos, na sequência natural mas dolorosa da vida, acabam por partir, seja quando tais trabalhadores se constituem, mesmo que involuntariamente, em

substitutos das famílias das crianças que frequentam as creches, dando-lhes formação humana, social e cultural a que de outra forma elas não teriam acesso.

Assim, o conjunto da sociedade tem uma dívida de gratidão para com os trabalhadores do setor social e para com as instituições que os empregam, motivo pelo qual os sindicatos da UGT dedicam muitos dos seus esforços, através da contratação coletiva, para que as relações laborais possam espelhar a paz social indispensável ao bom funcionamento daquelas unidades, tão importantes no contexto da economia social do país.

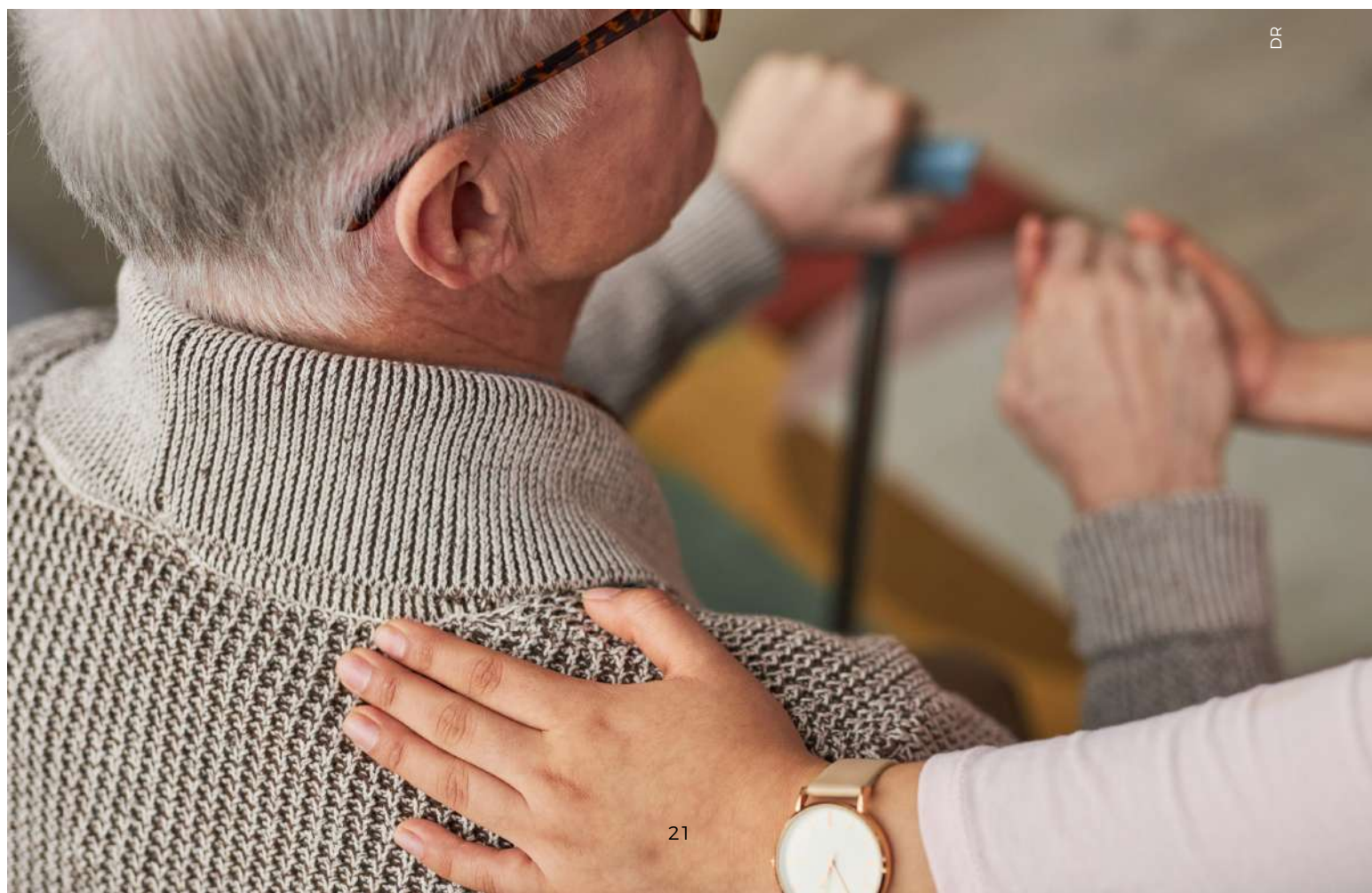
Esta é, pois, uma questão que apresenta particular sensibilidade, não apenas no que diz respeito à importância de que o setor social se

“É essencial que a atuação das instituições do setor social seja pautada pela paz social, o que só é conseguido através de um diálogo permanente e construtivo.”

reveste para um número considerável de cidadãos portugueses e respetivos agregados familiares, mas também pelo fator da empregabilidade, já que tem ao seu serviço cerca de trezentos mil trabalhadores, a quem aquelas instituições devem valorizar profissionalmente e fazer com que se sintam dignificados, sob os mais diversos pontos de vista, nomeadamente a valorização salarial. Ou seja: por tudo quanto as referidas instituições significam, é essencial que a sua atuação no seio da sociedade seja pautada pela referida paz social, o que só é conseguido através de um diálogo permanente e construtivo, envolvendo as equipas de gestão e os trabalhadores que ali prestam serviço. É neste aspeto que se jogam os

dados de uma prática a que os sindicatos da UGT se dedicam com o maior empenho: o diálogo social, que encontra na contratação coletiva uma das suas grandes virtualidades, garantindo enquadramentos que façam com que os trabalhadores sintam que a sua produtividade é reconhecida e se considerem motivados no seu quotidiano. Com essa prática se consegue erguer um edifício de dignidade e justiça que sejam extensivas a todos os trabalhadores do setor, o que passa também pela necessidade de melhor os capacitar aos diversos níveis, através de uma formação contínua ao longo de toda a sua vida laboral. Para que tal objetivo seja atingido, é, porém, necessário que os gestores

daquelas instituições melhor se profissionalizem nas suas tarefas, através do aprofundamento das qualificações, permitindo que os sindicatos melhor desempenhem as ações que constituem a sua razão de ser, nomeadamente através de uma contratação coletiva motivadora para os trabalhadores. Para finalizar, quero notar que os governos devem mostrar maior empenhamento no apoio que é suposto e exigível atribuir ao funcionamento das instituições de carácter social, para que estas, com os trabalhadores que empregam, sentindo-se motivados e dignificados, possam cumprir a nobre tarefa que assumem para apoio de tantos milhares de cidadãos. ■



O IMPACTO ECONÓMICO DO SETOR MUTUALISTA

**MUTUALIDADES SUPORTAM
MAIS DE UM TERÇO DOS IMPOSTOS
DA ECONOMIA SOCIAL**

As mutualidades em Portugal têm desempenhado um papel significativo tanto no apoio às comunidades como na economia nacional, consolidando-se como instituições essenciais no setor da economia social. Com base nos dados mais recentes da Conta Satélite da Economia Social (CSES), referentes a 2019 e 2020, é possível observar a resiliência e o crescimento deste setor, mesmo em tempos de adversidade, como durante a pandemia de COVID-19. Embora os registos da Direção Geral de Segurança Social indiquem a existência de 102 associações mutualistas em Portugal, a CSES

contabiliza 91, que, em 2020, geraram um Valor Acrescentado Bruto (VAB) de 327 milhões de euros, o equivalente a 5,8% do total da economia social. Durante o período pandémico, as mutualidades registaram um aumento no VAB de 2,5% relativamente ao ano anterior, reforçando o seu papel como agentes de estabilidade e apoio em tempos de crise. Este aumento revela não só a capacidade de adaptação das mutualidades, mas também o seu impacto positivo nas comunidades, especialmente no acesso a serviços de saúde, apoio e proteção social. As associações mutualistas

empregam cerca de 5.000 trabalhadores em Equivalente a Tempo Completo (ETC) — uma medida que representa a carga horária de um trabalhador de tempo integral, mesmo quando várias pessoas trabalham em tempo parcial — e apresentam um VAB gerado por trabalhador superior à média nacional. Nos últimos dez anos, o número de postos de trabalho nas mutualidades, nas quais se incluem algumas entidades financeiras, cresceu cerca de 9%, sinalizando uma tendência de expansão e inclusão social. As remunerações no setor mutualista também se destacam por serem superiores à média nacional,

sublinhando o compromisso das mutualidades em proporcionar condições de trabalho dignas e atrativas.

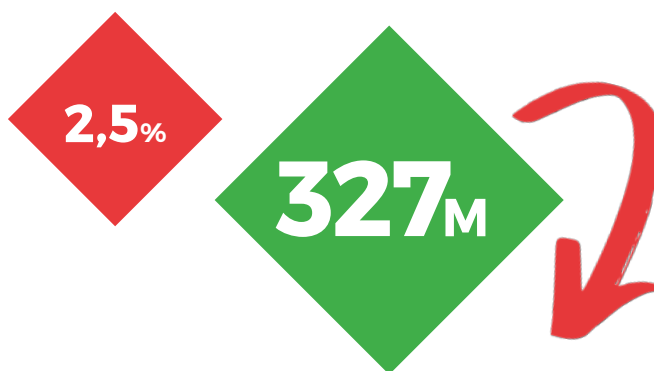
Grande parte das associações mutualistas está concentrada no norte de Portugal, especialmente no distrito do Porto, onde se localiza mais de um terço destas entidades. Além disso, a longevidade das mutualidades é notável: mais de 80% das associações estão em atividade há pelo menos 50 anos, o que demonstra a sua solidez e a confiança que têm vindo a construir nas comunidades ao longo de décadas, algumas há mais de um século. Na última década, os subsídios (4 milhões de euros) e os benefícios fiscais (4 milhões de euros) atribuídos pelo Estado ao setor mutualista duplicaram, refletindo o crescente reconhecimento da importância destas organizações na economia social. As comparticipações às respostas sociais são contabilisticamente classificadas como subsídios, mas, na prática, correspondem ao pagamento de serviços prestados ao Estado. Mesmo assim, o setor mutualista continua a ser responsável por mais de um terço dos impostos (37%) da economia social, o que evidencia a sua sustentabilidade financeira e o impacto económico que gera para o país. Segundo a CSES, as mutualidades pagaram 11 milhões de euros em impostos nos últimos dez anos.

Embora o universo das associações mutualistas não seja o maior em número de organizações na economia social, tem um enorme impacto social, envolvendo mais de um milhão de associados e concedendo benefícios a mais de 2,5 milhões de portugueses. Sempre ao lado das pessoas, as mutualidades asseguram modalidades complementares de segurança social, prestam cuidados de saúde e bem-estar, proporcionam assistência medicamentosa, cuidam de idosos e crianças, protegem as famílias, especialmente as mais vulneráveis, capacitam as pessoas com programas de qualificação e formação profissional, acolhem e integram migrantes, disponibilizam habitação para arrendamento a custos acessíveis e oferecem programas de turismo social, entre outras missões de âmbito social. ■

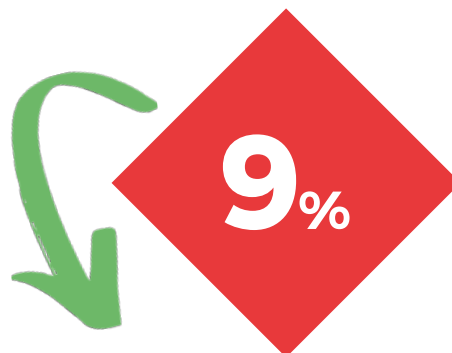
IMPACTO EM NÚMEROS



Numa década, as associações mutualistas pagaram 11 milhões de euros de impostos ao Estado.



O setor aumentou o VAB em 2,5% durante a pandemia, atingindo os 327 milhões de euros.



O número de postos de trabalho nas mutualidades cresceu cerca de 9%.

ENCONTRO INTERNACIONAL DE MUTUALISMO



Legenda: Andrés Róman, Presidente da Odepa; Luís Alberto Silva, Presidente da UMP; Jorge Campino, Secretário de Estado da Segurança Social; Moulay Brahim el Atmani, Presidente e representante da União Africana das Mutualidades, e o novo presidente da União Mundial das Mutualidades (UMM);

UMM COM PRESIDÊNCIA PORTUGUESA EM 2027

“SERÁ UMA OPORTUNIDADE ÚNICA PARA CONSOLIDAR A IMPORTÂNCIA DO MUTUALISMO NO MUNDO.”

A União das Mutualidades Portuguesas (UMP) assumirá a presidência da União Mundial das Mutualidades (UMM) em 2027, sucedendo à liderança africana. O anúncio, feito na Assembleia Geral da UMM, realizada no Porto, marca a continuidade de um modelo de presidência rotativa entre os continentes representados na organização.

A União das Mutualidades Portuguesas (UMP) vai assumir a liderança da União Mundial das Mutualidades (UMM) em 2027, quando terminar a presidência africana empossada em maio último, em Portugal.

“Estamos profundamente honrados por poder representar o movimento mutualista a nível global, reforçando a sua relevância e impacto nos diversos continentes”, comenta Luís Alberto Silva, presidente da UMP, sublinhando a determinação portuguesa em “fortalecer as redes internacionais do mutualismo

e liderar iniciativas que respondam aos grandes desafios sociais e económicos do nosso tempo”.

A decisão foi anunciada na Assembleia Geral, realizada no Porto, no auditório da Beneficência Familiar, onde Moulay Brahim El Atmani, presidente da União Africana de Mutualidades (UAM) assumiu formalmente a presidência do Comité Intercontinental da UMM para o mandato 2004-2027, sucedendo ao argentino Andrés Román, líder da ODEMA. Moulay Brahim El Atmani preside, também, à Mútua Geral do

Pessoal da Administração Pública de Marrocos, que proporciona serviços sociais e de saúde a mais de 453 mil associados e 423 mil beneficiários. As grandes linhas de orientação da nova liderança da UMM deverão ser conhecidas na VII Assembleia Geral, a ter lugar, em 2025, em Guadalajara, no México.

Na cúpula da UMM, que congrega federações mutualistas e mutualidades africanas, europeias e americanas, gerou-se um consenso quanto à rotatividade da presidência pelos

continentes representados na organização. E é assim que já ficou pré-anunciada a presidência portuguesa para 2027, que começará a ser preparada oportunamente pelo Conselho de Administração da UMP. “Acreditamos que será uma oportunidade única para consolidar a importância do mutualismo no mundo e para partilhar com a comunidade global as boas práticas e a experiência do movimento mutualista português”, antevê Luís Alberto Silva, que atribui uma grande relevância ao processo de internacionalização da UMP. Além da participação na UMM, as mutualidades portuguesas são cofundadoras e presidem à Organização Internacional da Economia Social, com sede em Bruxelas, integram o Comité Económico e Social Europeu e mantêm laços de cooperação com países da CPLP, nomeadamente com autoridades e organizações sociais de São Tomé e Príncipe, Angola e Brasil. ■



Os participantes internacionais na VI Assembleia Geral da UMM foram acolhidos no Porto, tendo a UMP proporcionado uma visita a diversas associações mutualistas da região. Nas imagens, é possível ver momentos na Liga das Associações Mutualistas do Porto (1), na Associação de Socorros Mútuos de São Francisco de Assis de Anta, em Espinho (2), e em duas respostas d'A Mutualidade de Santa Maria - Associação Mutualista: o Centro Infantil da Feira (3) e a Farmácia da Mutualidade (4).

XI FORO DE MUTUALISMO



No âmbito da sua participação na União Mundial das Mutualidades (UMM), a União das Mutualidades Portuguesas (UMP) marcou presença no XI Foro Internacional de Mutualismo, em Montevideo, Uruguai, a convite da ODEMA. “Este evento permitiu compreender como se estruturam as políticas sociais e como funcionam os modelos de mutualismo noutras regiões, fortalecendo a nossa visão e cooperação internacional,” afirmou Luís Alberto Silva, presidente da UMP.

Durante a visita, foram discutidos os preparativos para a Assembleia Geral da UMM, realizada no Porto e abordada no artigo principal destas páginas. O programa incluiu também uma visita ao Círculo Católico de Obreros del Uruguay, com a oportunidade de conhecer as instalações e um dos hospitais geridos por esta instituição.

Legenda: Andrés Román, Presidente da Odema, na primeira fotografia, à esquerda.

XIV CONGRESSO NACIONAL DO MUTUALISMO

POR UM FUTURO MAIS SUSTENTÁVEL, SOLIDÁRIO E HUMANISTA

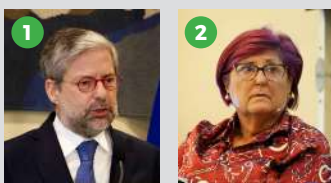
O XIV Congresso Nacional do Mutualismo, promovido pela União das Mutualidades Portuguesas (UMP), consolidou-se como o principal acontecimento do mutualismo português em 2024. Sob o tema “Por um Futuro Sustentável, Solidário e Humanista”, o evento reuniu mais de 160 participantes e contou com intervenções de excelência que inspiraram a UMP a publicar, futuramente, a ata em livro. A abertura esteve a cargo da Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Maria do Rosário Ramalho, que assegurou que temas como a revisão do Código das Associações Mutualistas e do regime jurídico das farmácias de oficina e a celebração de novas convenções de especialidades e MCDT estavam sob análise ministerial. O programa celebrou os 848 anos de mutualismo em Portugal, com conferências, debates, apresentações, entrega dos Prémios Mutualistas 2024 e momentos musicais proporcionados pelo Grupo Musical dos Artistas da ASMAB e pela violinista Marta Costa.



Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Maria do Rosário Ramalho

PAINEL

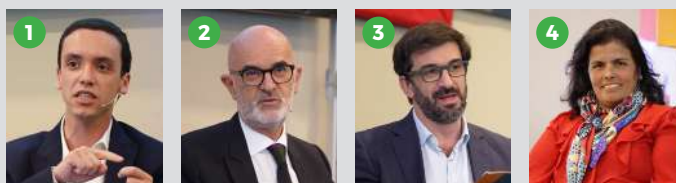
AGENDA PARA UMA SOCIEDADE MAIS HUMANISTA



- 1 **Marco António Costa**, ex-Secretário de Estado da Solidariedade e Segurança Social, defendeu o fim da segmentação das respostas dos ministérios da Saúde, Educação e Segurança Social, propondo a criação do “gestor social” (junto das instituições sociais locais) para personalizar respostas e priorizar alternativas como o apoio domiciliário, promovendo um sistema mais eficiente e humanista.
- 2 Coube a **Maria Isabel Carvalho**, Presidente da ASMECL - Clínica de São Cristóvão, a apresentação.

PAINEL

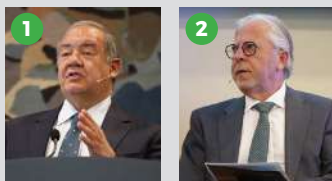
O FUTURO DA GERAÇÃO MAIS BEM PREPARADA DE SEMPRE



- 1 **André Cardoso** (Presidente do Conselho Nacional da Juventude) destacou a importância de incluir jovens em cargos de liderança e modernizar métodos de ensino para alinhar com o mercado de trabalho.
- 2 **Domingos Lopes** (Presidente do IEFP) enfatizou a necessidade de capacitar a economia para reter talentos e políticas públicas de emprego.
- 3 **Tiago Brandão Rodrigues** (ex-Ministro da Educação) apelou ao mutualismo para desafiar e integrar jovens e refletir sobre a melhor forma de o fazer, contribuindo para o desenvolvimento das novas gerações na ótica de um futuro mais sustentável.
- 4 A moderação ficou a cargo de **Eunice Gonçalves**, Presidente da Aliança Mutualista

PAINEL

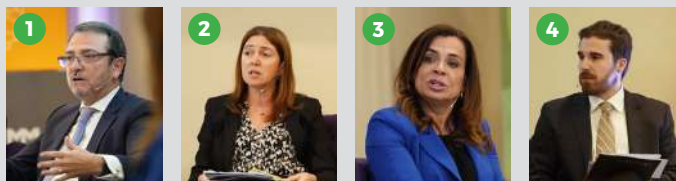
ODS: OS DESAFIOS DAS MUTUALIDADES PARA O BEM-ESTAR



- 1 **António Costa e Silva (ex-Ministro da Economia)** realçou a importância de práticas colaborativas e apelou à adoção do conceito ESC, alinhando inovação e sustentabilidade ambiental às práticas mutualistas.
- 2 A apresentação foi conduzida por **Luís Alberto Silva**, Presidente da UMP.

PAINEL

ESTRATÉGIA PARA O ENVELHECIMENTO ATIVO E SAUDÁVEL



- 1 **Agostinho Branquinho** (ex-Secretário de Estado da Solidariedade e da Segurança Social) destacou a disparidade entre a esperança média de vida e os anos saudáveis, defendendo o planeamento individual para um envelhecimento ativo e maior apoio do Estado e autarquias.
- 2 **Catarina Marcelino** (no momento Vice-Presidente do Instituto da Segurança Social) alertou para a urgência de flexibilizar exigências legais no setor social e repensar o modelo de financiamento para assegurar a continuidade das respostas sociais.
- 3 **Luísa Salgueiro** (Presidente da Associação Nacional de Municípios) destacou a proximidade das autarquias como essencial no apoio às comunidades, defendendo cidades sustentáveis e recursos direcionados para uma transformação social positiva.
- 4 A moderação ficou a cargo de **Fábio Pinto**, gestor de projetos de envelhecimento do Centro de Competências de Envelhecimento Ativo.



Grupo Musical dos Artistas da ASMAB.



Congresso Nacional com mais de 160 participantes.



Legenda: **A** - Primeiro-Ministro Luís Montenegro com o Presidente da UMP Luís Alberto Silva (direita) e o Vice-Presidente da UMP Luís Cristina de Barros (esquerda) / **B** - Contrato Coletivo de Trabalho das Mutualidades / **C** - Assembleia Geral da União Mundial das Mutualidades, durante o Encontro Internacional de Mutualismo / **D** - Intervenção de Jorge Campino, Secretário de Estado da Segurança Social, no Encontro Nacional de Dirigentes Mutualistas / **E** - Intervenção de Miguel Guimarães, ex-Bastonário da Ordem dos Médicos, na Reunião Anual de Presidentes Mutualistas / **F** - Intervenção de Marina Gonçalves, então Ministra da Habitação, na conferência da UMP.

Em 2024, a União das Mutualidades Portuguesas (UMP) protagonizou momentos de partilha e inovação, promovendo encontros que consolidaram o mutualismo como uma referência na economia social.

27 DE JANEIRO

**VI REUNIÃO ANUAL
DE PRESIDENTES MUTUALISTAS**

Vila Nova de Gaia

Logo no início do ano, a VI Reunião Anual de Presidentes Mutualistas trouxe à mesa a sustentabilidade das mutualidades, destacando-se a apresentação da Conta Satélite da Economia Social pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) e Cooperativa António Sérgio para a Economia Social (CASES), bem como o plano de capacitação do recém-criado Centro de Formação para a Economia e Inovação Social (CEIS). O evento contou com a participação do ex-Bastonário da Ordem dos Médicos, Miguel Guimarães, que abordou o tema da saúde enquanto pilar essencial da economia social, sublinhando a necessidade de inovação e eficiência nos serviços prestados pelas mutualidades nesta área crucial.



24 DE FEVEREIRO

**CONFERÊNCIA HABITAÇÃO
ACESSÍVEL**

Vila Nova de Gaia

Em fevereiro, e no âmbito das celebrações do 130.º aniversário da Familiar de Espinho, a conferência “Habitação Acessível” reuniu a Ministra da Habitação, Mariana Gonçalves, dirigentes mutualistas e especialistas, debatendo o papel das mutualidades na oferta de habitação a custos acessíveis.

8 DE MARÇO

**CONTRATO COLETIVO DE TRABALHO
DAS MUTUALIDADES**

Esmoriz

Antes da chegada da primavera, a UMP formalizou a revisão do Contrato Coletivo de Trabalho das Mutualidades, celebrando um acordo com a Federação Nacional de Educação (FNE) e 18 sindicatos ligados à União Geral dos Trabalhadores (UGT).

22 DE JUNHO

**CONFERÊNCIA INOVAÇÃO
NAS MUTUALIDADES**

Porto

A inovação no mutualismo foi o tema central deste Encontro Internacional de Mutualismo, que reuniu representantes de mutualidades de África, Europa e América. Entre os participantes, Andrés Román, da Odema, e Moulay

Brahim El Atmani, da União Africana das Mutualidades, destacaram a importância de soluções criativas para modernizar o setor e garantir a sua relevância nas comunidades. O evento contou ainda com a presença de Jorge Campino, Secretário de Estado da Segurança Social, que destacou o papel das mutualidades na promoção de respostas inovadoras e na sua capacidade de adaptação aos desafios contemporâneos.

2 DE OUTUBRO

**COMPROMISSO DE COOPERAÇÃO
PARA O SETOR SOCIAL E SOLIDÁRIO**

Lisboa

Em outubro, na Residência Oficial do Primeiro-Ministro, foi assinada a Adenda ao Compromisso de Cooperação para o Setor Social e Solidário para o biénio 2023-2024, com a presença do Primeiro-Ministro Luís Montenegro e da Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Maria do Rosário Ramalho.

25 DE OUTUBRO

**XIII ENCONTRO NACIONAL DE
DIRIGENTES MUTUALISTAS**

Coimbra

Ainda no outono, o XIII Encontro Nacional de Dirigentes Mutualistas destacou-se pela apresentação do projeto de capacitação institucional *Mutualismo em Movimento* e da nova modalidade *Garantia + Mutualista*. ■



MANTA MUTUALISTA

Retalhos unidos por um propósito maior, a Manta Mutualista, apresentada no XIV Congresso Nacional do Mutualismo, transformou linhas e texturas em solidariedade e cooperação.

No âmbito do XIV Congresso Nacional do Mutualismo, a apresentação da “manta mutualista” revelou-se um exemplo prático do impacto social e da mobilização coletiva que o mutualismo promove. A iniciativa desafiou os utentes de lares, centros de dia e universidades seniores a criarem pequenos retalhos de tecido que, unidos, formaram uma manta representativa do mutualismo. Cada pedaço foi pensado, bordado ou tricotado por mãos que traduziram em linhas e texturas o espírito de entajuda, sendo posteriormente reunidos e cosidos, transformando um conjunto de partes distintas numa peça única que esteve exposta no congresso. Para os idosos que participaram, o processo de criação foi muito mais do que uma tarefa manual. Atividades quotidianas deram lugar a momentos de convívio e partilha, em que tecidos, linhas e novelos de lã foram ferramentas de comunicação e colaboração. Salas de atividades transformaram-se em oficinas de partilha, onde cada detalhe era cuidadosamente trabalhado, contribuindo para um ambiente de cooperação.





PEQUENOS ARTISTAS DO MUTUALISMO

No mesmo espírito de colaboração que norteou a criação da manta mutualista, os ímanes distribuídos no XIV Congresso Nacional do Mutualismo foram preparados pelas crianças dos centros infantis das mutualidades, em conjunto com as suas equipas técnicas. Cada participante recebeu um íman decorativo feito com materiais recicláveis, sublinhando o compromisso com a sustentabilidade e a criatividade. Estes pequenos objetos, produzidos com cortiça e personalização única, reforçaram o simbolismo do evento e a ligação intergeracional do mutualismo.





NOVO RECREIO DO CIDACL

UM ESPAÇO PARA DESCOBRIR E CRESCER

Brincar é o início de tudo. É através das brincadeiras que os mais pequenos encontram formas de se expressar, de criar laços e de descobrir o mundo que os rodeia, e no Centro Infantil Dr. António da Costa Leal (CIDACL), brincar sempre foi sinónimo de liberdade, de imaginação e de crescimento. Com o projeto “+ Infância – Desenvolvimento e Motricidade em Santa Clara”, financiado pelo Prémio BPI Fundação “la Caixa” Infância, o recreio foi transformado para oferecer melhores condições às crianças. A substituição do pavimento por relva artificial e a instalação de novos equipamentos criaram um espaço mais seguro e confortável, pensado para estimular a

criatividade, a autonomia e a interação. A União das Mutualidades Portuguesas agradece o apoio do Prémio BPI Fundação “la Caixa” Infância, que tornou possível esta requalificação. Este tipo de iniciativa promove o desenvolvimento integral das crianças ao mesmo tempo que reforça o papel das famílias, que reconhecem na instituição um espaço de confiança, segurança e apoio essencial para o crescimento saudável das suas crianças. No CIDACL, brincar continua a ser um momento de descoberta, crescimento e criação de memórias inesquecíveis, agora num espaço ainda mais preparado para responder às necessidades de quem o habita. ■

SOBRE O CIDACL

GERIDO PELA UNIÃO DAS MUTUALIDADES PORTUGUESAS DESDE 2016 E LOCALIZADO NA FREGUESIA DE SANTA CLARA, EM LISBOA, O CIDACL É UMA RESPOSTA SOCIAL QUE ACOLHE 88 CRIANÇAS DOS 4 AOS 36 MESES.



ASSISTA AO VÍDEO DO ANTES E DEPOIS ATRAVÉS DA LEITURA DESTE CÓDIGO QR.



Em cima, momentos de alegria e descoberta no novo recreio do Centro Infantil Dr. Antônio da Costa Leal (CIDACL). Em baixo, à esquerda, mais brincadeiras no espaço renovado. À direita, o processo de requalificação, com a participação da empresa PlayPlanet, e o resultado final que hoje faz parte do dia a dia das crianças.



SOLIDARIEDADE QUE SE TRANSFORMA EM POUPANÇA



NOVA MODALIDADE DESENHADA PARA ATRAIR MAIS PÚBLICOS ÀS MUTUALIDADES

A União das Mutualidades Portuguesas (UMP) lançou a “Garantia + Mutualista”, uma nova solução de poupança que visa atrair novos públicos para o movimento mutualista e rejuvenescer as associações. Dirigida às associações mutualistas filiadas (sem qualquer custo para elas), esta modalidade foi desenhada para apoiar as mutualidades que desejam diversificar as suas carteiras de soluções, especialmente as que ainda dependem em grande medida do subsídio de funeral ou se encontram em processo de reativação. A nova modalidade foi apresentada no XIII Encontro Nacional de Dirigentes Mutualistas, realizado em Coimbra, e é o

resultado de um trabalho conjunto (um atuário, representantes de associações e da UMP e dirigentes, iniciado no encontro do ano anterior, com o objetivo de criar produtos mutualistas inovadores e sustentáveis. A “Garantia + Mutualista” destina-se a ampliar os benefícios oferecidos aos associados, responder a novas necessidades e reforçar a sustentabilidade das mutualidades, em particular numa época de envelhecimento populacional que desafia os modelos tradicionais de apoio social. Desenhada para ser flexível e adaptável, a “Garantia + Mutualista” abrange várias faixas etárias, dos jovens aos idosos até aos 80 anos, promovendo segurança financeira em diferentes fases da vida. Com esta nova solução, a UMP pretende dar um impulso significativo ao impacto social das mutualidades, fornecendo-lhes



A GARANTIA + MUTUALISTA DISPONIBILIZADA PELA UMP ÀS ASSOCIAÇÕES MUTUALISTAS INTERESSA ÀS QUE AINDA ESTÃO MUITO DEPENDENTES DO SUBSÍDIO DE FUNERAL, ÀS QUE ESTÃO EM FASE DE REATIVAÇÃO E ÀS QUE QUEREM DIVERSIFICAR AS SUAS CARTEIRAS DE SOLUÇÕES.

ferramentas para melhor servir os seus associados e as suas comunidades. O painel que apresentou a nova modalidade no XIII Encontro Nacional de Dirigentes Mutualistas deu nota de que o lançamento da nova modalidade ao balcão das associações aderentes seria antecedido por um processo de formação dos recursos humanos das instituições, cujos conteúdos poderão constituir a primeira Unidade de Formação De Curta Duração sobre soluções mutualistas no Catálogo Nacional de Qualificações. O Plano de Comunicação e o site que incorpora a informação, os documentos, materiais de comunicação e as ferramentas necessárias para a operacionalização da Garantia + Mutualista também foram dados a conhecer aos dirigentes mutualistas.



A modalidade estará em breve disponível nas associações mutualistas aderentes, podendo ser subscrita por qualquer pessoa entre os 18 e os 75 anos.



No momento da subscrição, o titular da poupança pode escolher entre ser ele próprio o beneficiário no final do prazo contratado ou indicar outra pessoa, incluindo menores, para receber o valor.



A Garantia + Mutualista permite a constituição de uma poupança entre 500 e 5.000 euros, em múltiplos de 500, com um prazo de 5 a 25 anos. A quota mensal é calculada de acordo com o valor da poupança, o prazo selecionado e a idade do subscritor.



Legenda (de cima para baixo): O Presidente da Câmara Municipal de Coimbra, José Manuel Silva, recebe uma lembrança da parte do Vice-Presidente da UMP, José Almeida; Duas fotografias com intervenções do público; Cubo promocional do Encontro Nacional de Dirigentes Mutualistas;



Jorge Campino, Secretário de Estado da Segurança Social.

“É IMPORTANTE QUE OS JOVENS COMECEM JÁ A POUPAR PARA A REFORMA.”

O Secretário de Estado da Segurança Social, Jorge Campino, garante que “as reformas não vão acabar”, apesar das projeções apontarem para períodos em que as despesas das pensões serão superiores à receita das contribuições, obrigando a que o Estado encontre outras fontes de financiamento. Em declarações aos jornalistas, no início do XIII Encontro Nacional de Dirigentes Mutualistas, em Coimbra, Jorge Campino aconselhou os mais jovens a começarem, desde já, a “poupar, nem que seja um bocadinho” para um complemento de reforma, de forma a que no futuro não se confrontem com pensões “muito baixas”.

Esta solução mutualista permite fazer uma poupança entre 500 e 5.000 euros (em múltiplos de 500), num período de 5 a 25 anos. A quota mensal é calculada em função destes dois fatores e da idade do subscritor.

No momento da subscrição, o subscritor terá que ter entre 18 e 75 anos, podendo indicar um beneficiário com idade inferior a 18 anos.

Objetivo desta modalidade de capitalização é cativar públicos mais jovens às associações mutualistas, contribuindo para o rejuvenescimento do tecido associativo.



António Martins de Oliveira, Presidente d'A Previdência Portuguesa.



Luís Cristina de Barros, Vice-Presidente da União das Mutualidades Portuguesas.

5 IDEIAS PARA SUBSCREVER A GARANTIA + MUTUALISTA



DR

1 Construir uma poupança para que um filho, neto ou afilhado possa tirar a carta de condução ao atingir a maioridade.

Fazer uma poupança para realizar ou oferecer a alguém uma viagem de sonho.

2

3 Preparar um fundo para apoiar os custos da entrada de um filho no Ensino Superior (como viagens, estadias, propinas e livros).

Criar um “pé de meia” para obras em casa, despesas imprevistas ou para um futuro projeto de empreendedorismo.

4

5 Um casal nos 35/40 anos constitui uma poupança de 5.000 euros cada, com o objetivo de ter um fundo disponível para quando se reformarem.



ASSISTA AO VÍDEO
PROMOCIONAL
DA GARANTIA +
MUTUALISTA.

5 ESTRATÉGIAS PARA POUPAR

O governador do Banco de Portugal, Mário Centeno, incentivou Governo, empresas e famílias a constituírem um pé de meia para um futuro de incerteza. Não sendo uma tarefa fácil, porque os salários em Portugal são baixos, importa ter foco, muita determinação e alguma criatividade para chegar ao final do mês com algum dinheiro de lado.

Mesmo que não pareça muito, euro a euro, vai criando um fundo para fazer face a uma emergência, para um investimento mais significativo que tenha em mente ou para a velhice. Partilhamos com o(a) leitor(a) algumas dicas.

1

Chegar ao fim do dia e guardar num mealheiro as moedas que tem no bolso ou na carteira. Imagine que em média consegue guardar 50 cêntimos por dia. Num ano consegue poupar 182,50 euros.

2

Sempre que lhe chegar às mãos uma moeda de dois euros, não a use para gastar. Guarde-a num mealheiro. Se guardar, em média, três moedas por semana, num ano, acumulará uma poupança de 312 euros.

3

Defina um valor fixo mensal da sua poupança e pague-se a si primeiro. Isto é, quando recebe o ordenado ou determinado rendimento, coloque de lado esse valor antes de começar a pagar contas ou fazer compras.

4

No desafio das 52 semanas poupa o valor correspondente ao número da semana do ano. Na primeira semana poupa um euro, na segunda dois; e assim sucessivamente, até à última semana (Pode optar por seguir uma ordem aleatória). Num ano, poupará 1.378 euros.

5

Organize o seu orçamento mensal seguindo a regra dos 50-30-20. Ou seja, afete 50% das suas receitas para as despesas prioritárias, 30% com o seu bem-estar e 20% para criar um fundo de poupança ou para fazer face a imprevistos.



Carlos Jorge, Presidente
d'A Beneficência Familiar.

A FUSÃO HISTÓRICA DA ÚLTIMA CAIXA ECONÓMICA ANEXA A UMA MUTUALIDADE

**“A EXPANSÃO DA CEMAH PARA O CONTINENTE
É INTERESSANTE. AO VIR PARA O PORTO,
PODE CORRESPONDER A UM CRESCIMENTO
MUITO SIGNIFICATIVO.”**

Caixa Económica do Porto, da Beneficência Familiar, funde-se com a Caixa Económica da Misericórdia de Angra do Heroísmo e balcão portuense passa a disponibilizar serviços bancários (a associados e público em geral).

A fusão entre a Caixa Económica do Porto (CEP), anexa à Beneficência Familiar – Associação de Socorros Mútuos, e a Caixa Económica da Misericórdia de Angra do Heroísmo (CEMAH) marca o fim de uma era e o início de um novo ciclo. Esta operação não só representa o desaparecimento da última caixa económica anexa a uma associação mutualista em Portugal, mas também traz benefícios

significativos para os associados, para a comunidade portuense e para o setor da economia social. A CEP, fundada em 1905, enfrentava um cenário de crescente pressão regulatória e dificuldades económicas. Após anos de acumulação de prejuízos – 200 mil euros em 2022 e 500 mil em 2021 – e com fragilidades no cumprimento das regras bancárias, o Banco de Portugal deu um ultimato: ou se

fundia com outra instituição ou encerrava atividades. A escolha recaiu sobre a CEMAH, uma caixa económica bancária com um modelo de gestão conservador e focado na proximidade social, que registou lucros de 390 mil euros em 2022 e conta com 14 balcões nos Açores. Apesar do simbolismo que a decisão acarreta, Carlos Jorge Silva, presidente da Beneficência Familiar, está firmemente convicto que esta

“A FORMA COMO A CEMAH ABORDA OS PROJETOS DE ECONOMIA SOCIAL É UM GANHO CLARO PARA O SETOR E UMA OPORTUNIDADE PARA AS MUTUALIDADES.”

foi “uma boa e necessária operação”. A fusão foi formalizada através da transferência global de património, ativo e passivo da CEP para a CEMAH, resultando numa participação de 2% da Beneficência Familiar na nova entidade. Este modelo foi estrategicamente desenhado para preservar o património da CEP, avaliado em um milhão de euros, e integrar a experiência mutualista num projeto com maior escala e capacidade de crescimento. Segundo Carlos Jorge Silva, “a fusão garante a continuidade da atividade financeira dentro de uma instituição que partilha os mesmos valores de proximidade e foco social”. Para os associados da Beneficência Familiar e os portuenses, os benefícios são evidentes. Antes limitada a operações presenciais e ao crédito sob penhores, o agora balcão do Porto da CEMAH passa a oferecer um leque completo de serviços bancários, incluindo crédito habitação e contas com gestão digital. Além disso, o Balcão Porto da CEMAH, situado na sede da Beneficência Familiar (que recebe uma renda da CEMAH pelo espaço que ocupa), continuará a com a atividade prestamista e a atender associados e clientes gerais, mantendo o vínculo histórico e reforçando a missão mutualista de inclusão financeira. Qualquer cidadão poderá ser cliente do balcão Porto da

CEMAH. Não precisa de ser associado da Beneficência Familiar, mas terá vantagens se for. Vantagens que serão entretanto definidas e explicadas.

OPERAÇÃO GERA SINERGIAS NA ECONOMIA SOCIAL

No âmbito da economia social, a união promete gerar sinergias importantes. A entrada da CEMAH no continente, mediada pela Beneficência Familiar, representa um passo significativo para a expansão dos serviços financeiros de proximidade. Esta abordagem difere da banca comercial, ao valorizar elementos como a longevidade e a história das instituições sociais na avaliação de projetos. Segundo Carlos Jorge Silva, “a forma como a CEMAH aborda os projetos de economia social é um ganho claro para o setor e uma oportunidade para as mutualidades”.

O processo de negociação foi intenso e envolveu a aprovação do Banco de Portugal, um estudo de viabilidade da PwC e debates profundos entre as partes. Um detalhe importante do contrato é a cláusula que permite à Beneficência Familiar recuperar o valor dos fundos próprios da CEP, caso os objetivos de integração não sejam cumpridos nos próximos três anos. Apesar disso, as expectativas são positivas. A fusão da CEP e da CEMAH encerra simbolicamente a história das caixas económicas

anexas a associações mutualistas em Portugal, enquanto abre novas possibilidades para o futuro. Para Carlos Jorge Silva, a operação é uma oportunidade de honrar o património histórico da CEP, mantendo a sua essência mutualista, e de reforçar o papel das mutualidades e da economia social na sociedade. ■

A PRIMEIRA CAIXA ECONÓMICA ASSOCIADA AO MUTUALISMO SURGE EM 1844

A primeira caixa económica associada a uma organização mutualista foi o Montepio dos Servidores do Estado, em 1844, hoje Montepio Geral. As caixas económicas procuravam fomentar a poupança e conceder crédito em condições justas e acessíveis, em alternativa à agiotagem, oferecendo serviços financeiros com um intuito benemérito e protegendo os associados de práticas financeiras predatórias. Geralmente, estavam ligadas a associações mutualistas, misericórdias ou outras instituições do setor social e tinham o objetivo de reinvestir nos serviços sociais promovidos pelas entidades titulares.

CARLOS CASTELEIRO ALVES

O HOMEM, O MÉDICO E O MUTUALISTA

Mutualista, médico, professor e político, Carlos Casteleiro Alves liderou a Mutualista Covilhanense entre 2005 e 2014 e integrou os órgãos associativos da União das Mutualidades Portuguesas. Uma história de vida de um homem com perfil humanista que encontrou no mutualismo uma forma de ajudar os mais vulneráveis, um professor inspirador de novos médicos, de um médico centrado no doente, de um político que elege a sua terra como a grande causa. Uma entrevista intimista, que recorda o seu percurso no movimento mutualista e as diferentes facetas de um covilhanense recentemente distinguido com a Medalha de Mérito Municipal.



“A HUMANIZAÇÃO FOI SEMPRE A NOSSA PRIORIDADE.”

Em 2005, Carlos Casteleiro Alves foi desafiado a liderar a Mutualista Covilhanense, uma instituição então mergulhada em dívidas e num abismo de desânimo, a começar nos próprios trabalhadores, que na sua maioria não se identificavam com a instituição. O que poderia parecer uma tarefa inglória era, para ele, um convite irrecusável. “Gostamos de desafios. Se as coisas estão bem, passamos ao lado, mas, se estão mal, estarei lá na primeira hora”, afirma.

Com uma equipa renovada e o apoio da comunidade covilhanense, Carlos Casteleiro Alves e os seus pares embarcaram numa missão quase impossível: sanar dívidas, reconstruir confianças, humanizar os serviços e revitalizar a identidade da instituição. Foram anos de trabalho intenso, mas também de vitórias marcantes. Em 2014, ao deixar a presidência, a Mutualista Covilhanense, entretanto rebatizada como Mutualista

da Covilhã, era outra. O centro clínico estava finalmente estruturado, a farmácia era uma realidade depois de muitas lutas e as contas, finalmente, saudáveis. “O apoio dos covilhanenses e o empenho dos trabalhadores foram fundamentais para este percurso.”

A farmácia, em particular, foi um marco na sua gestão. A sua criação não teria sido possível sem o papel crucial de Luís Alberto Silva [presidente da UMP], “que muito nos ajudou, porque a instituição andava há muitos anos a tentar e não era capaz”. Aliás, só não deixou a liderança ao fim de seis anos, porque assumira que só sairia quando a farmácia estivesse a funcionar. “Não estava ao fim de seis, mas estava ao fim de nove. Era para nós ponto de honra, porque iria beneficiar todos os associados, gente muito humilde. E os 10 por cento de desconto nos medicamentos que começámos a dar no início, foi a razão do grande sucesso da

“GOSTAMOS DE DESAFIOS. SE AS COISAS ESTÃO BEM, PASSAMOS AO LADO, MAS, SE ESTÃO MAL, ESTAREI LÁ NA PRIMEIRA HORA.”

Mutualista”, recorda. Para Carlos Casteleiro Alves, o mutualismo não se resumia ao saneamento financeiro. Havia uma missão maior: humanizar os serviços e promover a dignidade aos utentes. Recorda com emoção como, através de atividades de desenvolvimento cognitivo, pintura, artesanato, viagens pelo país, aulas de ginástica, fisioterapia, prestação de cuidados médicos e de enfermagem, ir ao jardim ver a sua flor e à horta ver como estavam a crescer as suas couves, o seu nabo e a sua cebola, os idosos do centro de dia, do apoio domiciliário e do lar encontraram uma nova razão para sorrir e voltar a acordar todos os dias. “A humanização foi sempre a nossa prioridade. Não foi ontem. Já foi há dez anos e começámos há 19”, lembra.

Guarda na memória um dos episódios mais marcantes no seu trajeto ao serviço da Mutualista da Covilhã e aquele cuja influência na forma como os próprios recursos humanos encaravam a instituição e cuidavam os utentes mais terá sido determinante. O telefonema de uma pessoa que prezava instou-o a visitar uma família. Ao entrar na casa ficou apavorado ao deparar-se com ratos a passar por cima da cama, onde dois idosos estavam deitados e tomou logo ali a decisão: “Vão para o lar da Associação”. Mesmo não havendo cama, que o Centro Hospitalar da Cova da Beira disponibilizaria, mesmo que o número de vagas convencionadas com a Segurança Social estivesse totalmente preenchido e isso significasse prejuízo financeiro para a Mutualista e o risco de uma intervenção da própria Segurança Social, que viria a acontecer. Nada que valesse tanto como a dignidade do casal de anciãos.

A sua visão não se limitava à Covilhã. Como membro dos órgãos associativos da UMP, contribuiu para fortalecer o movimento. Já nessa altura – recorda – a grande preocupação era estar em todo o país e alargar a visão para a Europa e o mundo e, nesse capítulo, reconhece o papel que tem sido desenvolvido nos últimos anos. Da sua passagem pelo mutualismo, recorda positivamente as figuras de Alberto Ramalheira, ex-Presidente da UMP,

com quem sempre teve uma “grande ligação e afetividade” e Luís Alberto Silva, que considera o garante do sucesso da instituição.

Fora do mutualismo, Carlos Casteleiro foi um médico apaixonado e um professor dedicado.

Ao longo da sua carreira, sempre destacou a importância de um cuidado médico centrado na pessoa. “Se um médico não der de si, não receberá nada em troca. A medicina, como o mutualismo, é sobre dar e receber.”

Quando questionado sobre o que ficou por fazer na sua passagem pela Mutualista da Covilhã, é enfático: “Tudo. Os projetos são sempre inacabados. O importante é garantir que o caminho está certo e passar o testemunho para que outros continuem a construir.”

Hoje, aos 71 anos, Carlos Casteleiro Alves olha para o passado com orgulho e serenidade. “A Mutualista não me deve nada, mas eu devo-lhe tudo. Foi uma das experiências mais ricas da minha vida.” Apesar de considerar a instituição uma página virada, “no dia em que for preciso” estará presente.

“SE UM MÉDICO NÃO DER DE SI, NÃO RECEBERÁ NADA EM TROCA. A MEDICINA, COMO O MUTUALISMO, É SOBRE DAR E RECEBER.”





Carlos Casteleiro na sua clínica, junto ao retrato do pai.

SAÚDE EM PORTUGAL

“ESTAMOS NUMA CURVA DESCENDENTE.”

Homem com intervenção política, professor de Medicina, médico gastroenterologista em clínica própria e profissional até ao último dia de 2024 no Centro Hospitalar da Cova da Beira, designação que prefere à atual “Unidade Local de Saúde”, olha com alguma preocupação para o estado da saúde em Portugal, embora continue a crer que o caminho vá ser positivo. “Neste momento, estamos numa curva descendente e isso é perigoso, porque construir leva muitos anos, destruir pode ser dias e, depois, como vamos arrearçar caminho?”, questiona. Considera que seria deselegante abordar o que está menos bem na saúde, por causa da relação profissional que teve até há pouco tempo com o SNS. “No entanto, há uma coisa que tenho que dizer, senão não fico bem comigo próprio. Nunca

percebi como é que, havendo um ministro – Manuel Pizarro – que era médico internista, um CEO do SNS – Fernando Araújo, que era médico, e alguém pode vir dizer mal. Pode não estar de acordo, mas dizer mal? A que propósito?”, interroga-se. “Houve organismos que disseram mal. Então, e agora?”

Carlos Casteleiro terminou o curso de Medicina com 20 valores, mas sempre disse aos seus alunos do 4.º Ano na Universidade da Beira Interior, que eles sabem mais do que ele quando estava do mesmo lado. Com esta mensagem pretende dizer-lhes que só se vence no futuro com “trabalho” e aponta o exemplo do galáctico Cristiano Ronaldo, que nunca dispensa o trabalho para continuar num nível excepcional. ■

“GOSTARIA DE CONVERSAR COM... D. AFONSO HENRIQUES.”



Se a sua vida fosse transformada num filme, qual seria o título e quem é que gostaria que interpretasse o principal papel?

Não sou imodesto, nem hipócrita e digo do fundo do coração que o título seria «O Conquistador». Gostaria que o papel fosse interpretado por alguém que me é querido e que vai ter muito sucesso. João Alberto Moreira Casteleiro, porque é meu filho.

Há alguma frase ou situação que lhe inspire no dia-a-dia?

Há lemas que não esqueço e posso dar dois exemplos: «O caminho faz-se caminhando», nunca tive dúvidas sobre isso. A outra frase é aquela que muita gente diz e não sabe bem o que está a dizer: «Deus é grande». Mas eu digo e sei o que ela traz dentro de si.

Se tivesse que escolher uma memória da sua infância para levar consigo para sempre, qual seria?

A minha seria aquela em que eu e os meus irmãos pequeninos

brincávamos juntos sem nunca imaginarmos o que é que iríamos ser na vida. Mas havia uma pessoa que lutou e lutava todos os dias para que essas três crianças fossem os melhores do mundo: o meu pai. Tenho muito orgulho em ter nascido e fui sempre um homem feliz.

Com que figura histórica gostaria de ter uma conversa e sobre o quê?

Dom Afonso Henriques. Como disse quando me perguntou o título do filme, foi um grande conquistador.

E qual é o seu hobby preferido?

Sou filatelista amador, sem ninguém saber. Tenho uma coleção de selos jeitosa...

Que livro recomendaria?

«Olhai os Lírios do Campo», do brasileiro Érico Veríssimo. É a primeira e a melhor história de amor que podemos transmitir aos nossos familiares e amigos. Quem o ler nunca mais o poderá esquecer, diz tudo. Poderia sugerir também

«O Principezinho», de Antoine de Saint-Exupéry; ou «O Fio da Navalha», de William Somerset Maugham; e muitos outros que lemos e de que nunca nos esquecemos.

Se lhe saísse o Euromilhões, qual seria a primeira extravagância que cometeria?

Foi fundamental para mim um dia ter tido a felicidade de dizer numa reunião que, enquanto houver um homem ou uma mulher na Covilhã a precisar de um prato de sopa para comer, venha à Mutualista que nós damos. E muito antes de qualquer Governo ter instituído uma ajuda às cantinas sociais, nós, na Covilhã, com a ajuda das empresas já tínhamos dado mais de 4.000 refeições sem levarmos um tostão a ninguém. E dávamos o almoço e ainda uma sande para o lanche. Era aí que nos sentiríamos bem investir, com a certeza de uma coisa: as pessoas ficavam bem, todos ficariam melhor e nós não perderíamos nada. ■

FÁTIMA ARAÚJO

O jornalismo e o mutualismo, ainda que aparentemente distantes, partilham um propósito essencial: ligar pessoas e responder às necessidades da sociedade. Na rubrica Improvável desta edição, Fátima Araújo, jornalista e pivot da RTP, partilha um percurso feito de desafios e de histórias, desde os tempos das rádios locais até à televisão, passando pelas nuances de uma profissão que, tal como o mutualismo, encontra sentido no diálogo com o outro.

O jornalismo é uma causa?

Não creio que o jornalismo em si mesmo seja uma causa, exceto se pensarmos que a crise do modelo de financiamento do jornalismo obriga a transformá-lo numa causa, já que a sociedade precisa de jornalismo independente e é preciso pagar para se fazer jornalismo independente. Mas, não obstante, por definição, o jornalismo não ser uma causa (já que o jornalismo é o ofício de intermediar a realidade e a sociedade, através de notícias/reportagens, de investigação, de interação com pessoas), sim, o jornalismo pode ser um elemento de apoio a causas. Por exemplo, o apoio à causa da “emergência climática”, o apoio à causa da “imigração” ou o apoio à causa dos “refugiados”. Mas o jornalismo de causas não pode ser confundido com jornalismo militante, apoiando umas políticas e combatendo outras ou apresentando notícias como opiniões com determinadas motivações, para ganharem a força de factos, e os jornalistas de causas não podem deixar de estar comprometidos com a verdade e com o relato verdadeiro dos acontecimentos.

Como é que o jornalismo entrou na sua vida?

O jornalismo entrou na minha vida aos 14 anos, quando comecei a trabalhar em rádios piratas e em rádios locais. Comecei por fazer locução e animação em programas musicais, mas não tardou até entrar no mundo das notícias e começar a fazer notícias nas rádios.

“A RÉSTIA DE OTIMISMO QUE TENHO EM RELAÇÃO AO FUTURO DIZ RESPEITO ÀS PESSOAS QUE CONTINUARÃO A BATER-SE POR UMA SOCIEDADE MELHOR.”

Quem gostaria de entrevistar e ainda não teve oportunidade de o fazer? Qual seria a pergunta obrigatória que lhe faria?

O Primeiro-Ministro israelita, Benjamin Netanyahu, a atriz Angelina Jolie, o ex-Presidente do Futebol Clube do Porto, Pinto da Costa, o neurocientista António Damásio, são algumas das pessoas que gostava de entrevistar. Perguntaria, por exemplo, ao Primeiro-Ministro israelita quanto da frustração e ressentimento que herdou do pai está refletido na forma como conduz o conflito no Médio Oriente, em geral, e em Gaza, em particular, e como tal se reflete na forma como interpreta a identidade judaica. E perguntava-lhe também que mundo, afinal, é que ele pretende?

Acredita que valores como solidariedade e entreajuda ainda têm espaço no ritmo acelerado do mundo atual?

Claro que acredito. Mas também acredito que esses valores da solidariedade e da entreajuda são cada vez menos praticados. Porque vivemos numa sociedade cada vez mais controlada pela ditadura do relógio, uma sociedade cada vez mais frustrada, mais egoísta, mais individualizada, mais materialista, que vive mais de aparências, de zonas de conforto, de bens e de relações supérfluas.

Nas notícias também há espaço para falar de causas sociais?

Sim, há. Pontualmente, vão surgindo trabalhos jornalísticos dignos disso. Mas, infelizmente, a agenda mediática é, quase diariamente, dominada pela agenda política e pela redundância e mimetismo do que a concorrência faz, pelo que ousar fazer diferente ou ousar ser disruptivo é uma miragem.

A conjuntura difícil que a imprensa atravessa preocupa-a? O que é necessário mudar?

Claro que me preocupa, até porque vejo imensos colegas de profissão, em diferentes órgãos de

Comunicação Social, a passarem por momentos muito difíceis e incertos. A meu ver, primeiro, tem de se mudar o paradigma do que se noticia e de como se noticia. Depois, tem de se mudar o modelo de financiamento dos Media. Além disso, tem de se mudar também (e isto é o mais difícil) a mentalidade de algumas pessoas que usam os cargos para se promoverem e para terem prestígio e relevância social, em vez de usarem os cargos para fazer bom jornalismo, para promoverem o jornalismo alternativo e para criarem equipas de jornalistas motivadas, empenhadas e identificadas com o que fazem.

**“A ESPÉCIE HUMANA
JAMAIS SOBREVIVERÁ
SE NÃO ALICERÇAR A
SUA EXISTÊNCIA NA
RELAÇÃO COM
O OUTRO.”**

Pensa muito no seu futuro a 10 ou 20 anos? Na sua rotina, há alguma prática de poupança que considere essencial e gostaria de partilhar?

Não, não penso no meu futuro pessoal ou profissional daqui a 10 ou 20 anos, porque não dou nada por adquirido. O que hoje tenho ou sou, amanhã, posso não ter ou não ser, pelo que prefiro não pensar no futuro tão distante e viver um dia de cada vez. E não, infelizmente não tenho qualquer prática de poupança digna de relevo, até porque, como a maioria dos trabalhadores, o que se ganha não chega, sequer, para os encargos correntes, quanto mais para poupar.

Se pudesse escolher um investimento garantido para o futuro, qual seria a opção?

Julgo que o imobiliário é sempre um bom investimento. Se pudesse, compraria casas e apartamentos.

É daquelas pessoas que têm seguro para tudo: casa, vida, carro, viagem, saúde, até para o cão e o gato?

Sim, faço seguros de tudo, até porque as experiências que tenho tido a todos esses níveis (casa, vida, saúde, carro, viagens e cão) têm-me mostrado a importância de ter uma retaguarda, quando ela é necessária. Por exemplo, já tive de recorrer a seguros para fazer cirurgias no setor privado, já tive acidentes pessoais em viagens, já tive um cão que foi atacado por um cão de caça e gastei uma pequena fortuna no veterinário. Tendo seguros, sempre ajuda alguma coisa!

Por fim, o que a deixa mais otimista em relação ao futuro da nossa sociedade e do papel do mutualismo?

A réstia de otimismo que tenho em relação ao futuro diz respeito às pessoas que continuarão a bater-se por uma sociedade melhor, por um futuro melhor, pessoas essas que acredito que continuarão a existir, independentemente das conjunturas. E acredito nisso porque a espécie humana jamais sobreviverá se não alicerçar a sua existência na relação com o outro e na dependência direta do outro. Ora, sendo essa a premissa base do Mutualismo, enquanto houver pessoas preocupadas com o bem comum e a trabalhar pelo e para o bem comum, talvez a humanidade tenha um prazo de validade mais duradouro. ■



ANA SOFIA ANTUNES

UM FAROL PARA A INCLUSÃO

Ana Sofia Antunes nasceu em Lisboa, em 1981, e passou a infância e juventude em Vale de Milhaços, na vila de Corroios, antes de estabelecer residência em Vila Franca de Xira. Invisual de nascença, enfrentou desde cedo os desafios inerentes à sua condição, mas construiu um percurso de vida que reflete determinação e compromisso com a inclusão.

Após iniciar os seus estudos numa escola especializada, onde aprendeu Braille e datilografia, optou por continuar a sua formação no ensino regular, concluindo o percurso académico com uma licenciatura em Direito pela Universidade de Lisboa. O início da sua carreira profissional incluiu uma breve experiência como advogada, seguida de um período como assessora jurídica no Departamento de Mobilidade da Câmara Municipal de Lisboa, sob a liderança de António Costa. Além da sua atuação na administração pública, Ana Sofia Antunes desempenhou funções no terceiro setor, incluindo a presidência da ACAPO – Associação de Cegos e Amblíopes de Portugal, e foi provedora do cliente na EMEL. Este percurso culminou com a sua nomeação, em 2019, para o cargo de Secretária de Estado da Inclusão, tornando-se a primeira pessoa invisual a integrar o Governo Português. Durante o período em que desempenhou estas funções, entre 2019 e 2024, trabalhou no desenvolvimento de políticas públicas direcionadas para a melhoria das condições de vida de pessoas com deficiência e em situação de vulnerabilidade social, fortalecendo a articulação com entidades do setor social e solidário.



“Tive a honra e o privilégio de estar no sítio certo, à hora certa.”

Ana Sofia Antunes esteve na linha da frente de iniciativas cruciais, como a assinatura do Compromisso de Cooperação para o Setor Social e Solidário referente ao biénio 2023/2024, que reforçou os apoios da Segurança Social e respondeu a constrangimentos estruturais que afetam as mutualidades. Desempenhou também importante papel durante a pandemia de COVID-19, garantindo a continuidade dos serviços essenciais destinados às pessoas mais necessitadas e em situação de fragilidade socioeconómica.

“Todo o nosso esforço foi no sentido de garantir que os serviços essenciais às pessoas mais necessitadas e socioeconomicamente mais frágeis não fossem suspensos”, afirma Ana Sofia Antunes. “Tive a honra e o privilégio de estar no sítio certo, à hora certa.” A entrega do Prémio Cidadania e Solidariedade, atribuído pela UMP durante o XIV Congresso Nacional do Mutualismo, é um reconhecimento pela sua dedicação incansável ao apoio social e à promoção da inclusão, num período marcado por desafios únicos e por uma necessidade crescente de cooperação entre entidades públicas e o setor mutualista.

ANTÓNIO MARTINS DE OLIVEIRA

25 ANOS DE EMPREENDEDORISMO NO MUTUALISMO

Nascido em Coimbra, em 1955, António Martins de Oliveira cresceu e vive na cidade que o viu formar-se na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, em 1978. Com um percurso profissional iniciado na Câmara Municipal de Coimbra, onde desempenhou funções como Chefe da Divisão de Aprovisionamento, rapidamente demonstrou a sua natureza empreendedora e visão estratégica, consolidando uma carreira empresarial que abrange diferentes áreas de negócio, atualmente focada na contabilidade e seguros. A ligação de António Martins de Oliveira ao mutualismo começou em 1988, quando se tornou associado d'A Previdência Portuguesa. Este compromisso ganhou expressão em 2000, quando integrou pela primeira vez os órgãos associativos. Desde então, soma três mandatos consecutivos na Assembleia Geral, um no Conselho Fiscal e quatro no Conselho de Administração, os três últimos como Presidente. Sob a sua liderança, a instituição experimentou um ciclo de modernização e crescimento que a posicionou como uma referência no mutualismo e um exemplo de solidariedade ao serviço das comunidades.

Reconhecido pelo seu dinamismo no movimento mutualista em Portugal, António Martins de Oliveira participa ativamente nos órgãos da UMP, enquanto 1.º Secretário da Mesa da Assembleia Geral, contribuindo igualmente para grupos de trabalho e reflexões estratégicas sobre o futuro do setor.

A UMP decidiu, assim, homenageá-lo com o Prémio Mutualismo e Solidariedade, aquando do XIV Congresso Nacional do Mutualismo, destacando o seu percurso cívico, marcado pela dedicação aos valores mutualistas de solidariedade, entreatajuda e humanismo. Sobre o



“Um bom mutualista é aquele que respeita o próximo.”

prémio, Martins de Oliveira afirmou que foi inesperado e que se sentiu um pouco perplexo ao saber da decisão. Destacou ainda que, embora tenha havido um esforço considerável da associação mutualista, o trabalho é coletivo e depende de toda a equipa. “Claro que nós temos feito algum trabalho, mas não sou só eu. Fazemos o que podemos, e vamos continuar”, diz, sublinhando que a colaboração é essencial para os avanços alcançados. Para António Martins de Oliveira, o mutualismo baseia-se no respeito pelo próximo e na construção de um espírito coletivo. “Um bom mutualista é aquele que respeita o próximo, trata como um ser humano. Na nossa sociedade, verificamos que nem todas as pessoas são tratadas como seres humanos.” A cooperação entre os membros das associações é, na sua visão, essencial para o sucesso: “Quando não há espírito coletivo, nós não atingimos bons resultados. Tem que haver, pelo menos, uma ideia comum que nos leve aos objetivos que nós definimos, que são essenciais para a vida das associações.” Apesar de se sentir honrado pelo prémio, Martins de Oliveira sublinha que ainda há muito a fazer: “A minha ideia é continuar a desenvolver atividades. Temos muitos projetos em curso.” Em dezembro foi reeleito para um novo mandato. ■

NA ROTA DOS POVOS

UMA PONTE DE SOLIDARIEDADE

ONG LEVA ESPERANÇA NUM FUTURO MELHOR À COMUNIDADE DE TOMBALI, NA GUINÉ-BISSAU.

Na região de Tombali, na Guiné-Bissau, onde os desafios sociais e económicos são uma realidade constante, a Organização Não-Governamental Para o Desenvolvimento Na Rota dos Povos (NRP) tem desempenhado um papel crucial no apoio às comunidades mais vulneráveis. Através de iniciativas que conjugam educação, saúde e inclusão, a organização trabalha lado a lado com a população local para promover mudanças sustentáveis.

Reconhecendo o impacto desta ação no desenvolvimento social e económico das comunidades mais desfavorecidas, a União das Mutualidades Portuguesas atribuiu o Prémio Mutualismo e Solidariedade Internacional à Organização Não Governamental para o Desenvolvimento (ONG-D), uma distinção que sublinha o compromisso contínuo da organização em reduzir desigualdades e promover o acesso à educação e ao bem-estar nas áreas mais remotas da Guiné-Bissau.

A Casa da Mamé representa o coração das iniciativas da NRP, acolhendo crianças órfãs de mãe e garantindo cuidados essenciais. “Este projeto desempenha um papel crucial num país onde a taxa de mortalidade materna e infantil é das mais elevadas do mundo,” sublinha David Freitas, membro da direção. Atualmente, o orfanato acolhe 20 crianças com idades entre 1 e 12 anos, proporcionando um lar seguro com acompanhamento nutricional, médico e educativo. Outro pilar importante é o Centro de Educação Especial e Terapêutica (CEET), que acolhe 12 crianças com deficiência, combatendo o estigma social e oferecendo tratamento terapêutico e educação



“Este projeto desempenha um papel crucial num país onde a taxa de mortalidade materna e infantil é das mais elevadas do mundo.”

inclusiva. Recentemente, foi reconhecido pelo Ministério da Mulher, Família e Solidariedade Social como uma referência em inclusão na Guiné-Bissau.

O projeto “A Educação é o Caminho”, que é também o *motto* da NRP, tem garantido acesso à educação a milhares de crianças da região de Tombali. “Até ao momento, já foram equipadas 50 escolas, beneficiando diretamente dez mil alunos através da distribuição de material escolar e da melhoria das infraestruturas escolares.”

No desporto, a Academia Na Rota dos Povos promove a inclusão e o desenvolvimento pessoal, contando já com mais de 60 jovens inscritos, incluindo 20 raparigas. “Esta iniciativa está associada ao desempenho escolar, incentivando a frequência e o sucesso académico. Os jovens da Academia participam, como coletivo, em ações diretas de apoio social e comunitário, como capinagem e limpeza de espaços sociais e comunitários, recolha de lixo urbano, entre outros.

Desde 2023, os jovens passaram a beneficiar de aulas de apoio extracurriculares, proporcionadas pela equipa da Na Rota dos Povos.”

Paralelamente, as iniciativas regulares centram-se no apoio ao sistema de saúde da região. “As principais atividades incluem o apoio ao hospital regional de Catió, Musna Sambú, assim como centros de saúde. A NRP contribui através da doação de medicamentos, equipamentos e materiais médicos essenciais, ajudando a melhorar os cuidados de saúde numa região onde os recursos são escassos.”

Apesar do impacto positivo das suas ações, a NRP enfrenta desafios constantes relacionados com a sustentabilidade financeira e a logística.

“A dependência de doações e financiamentos externos obriga a um esforço contínuo de angariação de fundos, muitas vezes condicionado por variáveis económicas e contextos internacionais imprevisíveis. As más condições das estradas dificultam a circulação e aumentam os custos associados ao envio de bens essenciais, como medicamentos, equipamentos escolares e materiais de construção.”

A mudança de mentalidades também constitui um desafio. “Combater preconceitos enraizados, especialmente aqueles relacionados com a deficiência e o papel das raparigas na educação, é uma prioridade. A inclusão de crianças com deficiência e o incentivo à escolarização de raparigas enfrentam barreiras culturais que só podem ser superadas através de sensibilização, formação e envolvimento contínuo das comunidades locais.”

Com um trabalho profundamente enraizado na comunidade e um compromisso inabalável com a transformação social, a Na Rota dos Povos continua a demonstrar que, mesmo perante adversidades, é possível construir caminhos de esperança e mudança. ■



Na Rota dos Povos recebe Prémio Mutualismo e Solidariedade Internacional das mãos de Luís Cristina de Barros, Vice-Presidente da UMP.



CARLA ALVES

PRÉMIO TRABALHADOR DO ANO

Carla Alves, administrativa na Clínica e na associação mutualista Familiar de Espinho, foi distinguida como Trabalhadora do Ano após reunir cerca de 10 mil votos na votação online promovida pela União das Mutualidades Portuguesas. O prémio reconhece o papel essencial dos recursos humanos no desenvolvimento das associações mutualistas. Com oito anos de dedicação à instituição, Carla Alves destacou-se pela sua versatilidade e iniciativa. “É gratificante, acima de tudo pela confiança que depositaram em mim. É um prazer vestir a camisola desta grande família que é a Familiar de Espinho, e estar com todos os meus colegas, todos os dias, e com o meu Presidente (José Almeida) que é das pessoas mais humanas e altruístas que conheço,” afirma. A vencedora recebeu um voucher da Fundação Inatel para uma estadia de seis noites numa unidade hoteleira INATEL. Concorreram também ao Prémio Isabel Ferreira, que colabora com o Legado do Caixeiro Alentejano há 26 anos, e Cristina Moita, terapeuta ocupacional na Associação de Socorros Mútuos de São Mamede de Infesta, cuja liderança e trabalho em equipa foram cruciais para a expansão do atendimento da instituição. As duas finalistas receberam um voucher de 50 euros, oferta das Termas de São Jorge.



A PREVIDÊNCIA PORTUGUESA

UMA ASSOCIAÇÃO FELIZ COM SORRISO ESPECIAL

A Cafetaria da Casa da Mutualidade, fruto da parceria entre A Previdência Portuguesa e a APCC, promove a inclusão de pessoas com deficiência, combinando cultura, responsabilidade social e revitalização comunitária.

Na Baixa de Coimbra, uma galeria de arte que é também palco de eventos culturais transformou-se num ponto de encontro inclusivo e inovador. A Cafetaria da Casa da Mutualidade, desenvolvida pela A Previdência Portuguesa (APP) em parceria com a Associação de Paralisia Cerebral de Coimbra (APCC), destaca-se pela forma como promove a participação ativa de pessoas com paralisia cerebral num contexto próximo ao trabalho. Reconhecida com o Prémio Inovar para Melhorar, atribuído pela União das Mutualidades Portuguesas (UMP) durante o XIV Congresso Nacional do Mutualismo, a iniciativa é um exemplo de como parcerias bem estruturadas

podem criar valor social, impactando diretamente os utentes e a comunidade envolvente. Através desta colaboração, pessoas com deficiência encontram um espaço para desenvolver autonomia, responsabilidade e competências fundamentais, contribuindo para a sua integração na sociedade. António Martins de Oliveira, Presidente do Conselho de Administração d'A Previdência Portuguesa, sublinha o papel da administração na origem do projeto, destacando a liderança de Carlos Veloso na sua concretização. "É um projeto que visa integrar pessoas com deficiência num trabalho de cafetaria na Casa da Mutualidade, promovendo a interação com estas

pessoas e com a APCC, uma associação que enfrenta limitações financeiras para sustentar a sua atividade", explica. Em entrevista, Mara Costa, assistente social da APCC, partilha o impacto e o significado desta iniciativa, explicando as suas bases e o seu alcance. "Consideramos que o principal objetivo da parceria entre a APCC e a APP, para além da vertente funcional ao nível da aplicabilidade da lei que regulamenta as atividades socialmente úteis, trata-se da participação e contributo social proporcionada aos utentes". Como descreve Mara Costa, "As tarefas realizadas na Cafetaria da APP envolvem todas as que se relacionam com a organização e limpeza do espaço,

“O impacto causado nos utentes tem sido muito positivo e gratificante.”

interação com clientes frequentadores da Cafeteria, divulgação de produtos confeccionados na APCC e, de forma mais global, com a promoção da imagem e trabalho desenvolvido institucionalmente. O impacto causado nos utentes tem sido muito positivo e gratificante, na medida em que promove a diversificação das suas atividades, dentro de um contexto mais aproximado ao trabalho. Por outro lado, desenvolve a sua autonomia e responsabilidade, elevando ao mesmo tempo o seu sentido cívico e de bem-estar emocional.”

Para Mara Costa, “A Cafeteria funciona como um espaço simples, mas elegante, facilitador de cultura, integração e promoção de responsabilidade social. A APP providencia o seu suporte financeiro, oferecendo o espaço e suportando algumas despesas necessárias para o desenvolvimento da atividade. Para além disso, a presença e simpatia dos colaboradores da APP, na sua presença diária, enaltece o conceito criado.” Com uma oferta que inclui bebidas quentes e produtos confeccionados pela APCC, como bolos e biscoitos, o espaço contribui para a revitalização da Baixa da cidade, transmitindo igualmente uma mensagem importante sobre a necessidade de criar oportunidades inclusivas para pessoas com deficiência. A APCC, segundo Mara Costa, está aberta a novas iniciativas que estejam alinhadas com os valores da associação: “Estamos recetivos a todos os projetos que promovam a nossa missão e valores, dentro de uma análise estruturada, e que cumpram e respeitem o papel dos seus utentes.”

Inaugurada em fevereiro de 2024, a Cafeteria está em funcionamento nos dias úteis, entre as 09h30 e as 15h30, proporcionando um ambiente acolhedor e um atendimento de excelência assegurado pelos utentes da APCC. ■



Utentes da APCC servem café a cliente da Cafeteria da Mutualidade.



VOLUNTARIADO SÉNIOR NA AMUT

UM NOVO PAPEL PARA OS IDOSOS

Com o objetivo de promover o envelhecimento ativo e combater o isolamento social, o programa (Re)Forma de Estar, uma parceria entre a Pista Mágica e a Associação Mutualista de Gondomar, está a capacitar seniores para desempenharem um papel ativo nas suas comunidades.

Com o envelhecimento progressivo da população portuguesa, torna-se fundamental desenvolver estratégias que valorizem o papel das pessoas idosas nas suas comunidades, promovendo a sua participação ativa e combatendo o isolamento social. O voluntariado sénior surge como uma resposta eficaz para estes desafios, proporcionando oportunidades de envolvimento cívico e social. Neste contexto, o programa (Re)Forma de Estar, implementado pela Pista Mágica em parceria com a Associação Mutualista de Gondomar (AMUT), e financiado pela Fundação La Caixa no âmbito do Prémio BPI Seniores 2023, destaca-se como um exemplo

de inovação ao trabalhar diretamente com seniores para fomentar o envelhecimento ativo e o fortalecimento das redes comunitárias.

AS ETAPAS DO PROGRAMA

O projeto (Re)Forma de Estar utiliza uma abordagem organizada em quatro fases de intervenção, como explicam Cláudia Dias e Maria Lencastre, representantes da Pista Mágica e da AMUT, respetivamente. “Os voluntários iniciam o programa com uma fase de capacitação, onde são trabalhados temas como autoconhecimento, empatia e voluntariado,” referem. A fase seguinte, de experimentação, permite que os participantes explorem



diferentes áreas de voluntariado em grupo, como direitos humanos, apoio social, ambiental ou animal. Após esta fase inicial, os participantes são desafiados a desenhar “Projetos de Felicidade Comunitários,” onde identificam necessidades nas suas comunidades e criam respostas práticas. “Este momento é essencial para que os voluntários percebam o impacto que podem ter como agentes transformadores,” destacaram. Na última fase, os participantes implementam os projetos e integram-se de forma autónoma em ações de voluntariado, quer individualmente, quer em pares.

QUEM SÃO OS VOLUNTÁRIOS E O QUE FAZEM

Os voluntários têm mais de 65 anos e incluem associados da AMUT e residentes de Gondomar. Esta inclusão de não associados, conforme afirmado, reflete “o compromisso da AMUT em envolver toda a comunidade nos seus projetos.” Entre as atividades realizadas destacam-se a dinamização de ações com idosos e crianças, a preparação e entrega de refeições, a triagem e distribuição de roupas e cabazes alimentares, o cuidado a animais em gatis e cavalariças, e a manutenção de hortas comunitárias. “Estes projetos permitem que os participantes se envolvam em causas variadas, encontrando a área com que mais se identificam e onde podem contribuir de forma significativa,” afirmam as representantes.

IMPACTO NOS VOLUNTÁRIOS E NA COMUNIDADE

O impacto do programa está a ser avaliado pela COATL, uma entidade externa, e os dados preliminares já apontam para resultados positivos. “Os participantes referem sentir-se mais confiantes, úteis e

“AS RELAÇÕES CRIADAS DENTRO DO PROJETO FORAM FUNDAMENTAIS PARA COMBATER A SOLIDÃO.”

conscientes dos problemas que afetam as suas comunidades,” partilham. Foi também identificado um fortalecimento das redes de sociabilidade entre os voluntários. “As relações criadas dentro do projeto foram fundamentais para combater a solidão, e muitos continuam a encontrar-se fora do contexto formal das atividades.” O impacto na comunidade é igualmente significativo. Até novembro de 2024, foram realizadas mais de 1.100 horas de voluntariado, com resultados como a preparação e distribuição de 1.300 refeições, o apoio a cerca de 80 crianças e 100 idosos, e a triagem de centenas de donativos de roupas

e calçado. “Estes números refletem a dedicação dos voluntários e a amplitude das atividades realizadas,” acrescentaram.

PLANOS PARA O FUTURO

Sendo um projeto-piloto, o (Re) Forma de Estar pretende ser ajustado e expandido no futuro. “O objetivo é permitir que o voluntariado seja acessível a todas as pessoas, independentemente das suas características ou vulnerabilidades,” explicam. A capacitação de outros profissionais, como já acontece na AMUT, será um passo essencial para replicar o programa em outras localidades e organizações. ■





A ARTE DE TRANSFORMAR VIDAS

UM NOVO CAPÍTULO NA SAÚDE MENTAL INFANTOJUVENIL

A UMP lançou um projeto-piloto que utiliza a arteterapia para promover a saúde mental de crianças e jovens em Trás-os-Montes.

A saúde mental tem sido amplamente reconhecida como um dos maiores desafios contemporâneos, particularmente no que toca às crianças e jovens em idade escolar. À medida que as exigências emocionais, sociais e educativas se intensificam, torna-se essencial criar abordagens inovadoras que respondam às necessidades imediatas e que previnam problemas futuros. É neste contexto que a União das Mutualidades Portuguesas (UMP) dá um passo transformador, lançando um projeto-piloto que combina inovação, inclusão e cooperação. Intitulado “(Des)Construir, (Re) Pensar e (Re)Educar, transformando

vidas através da saúde mental”, o programa propõe uma abordagem baseada na arteterapia, com o objetivo de desenvolver competências socioemocionais em jovens de Trás-os-Montes. Cofinanciado pelo programa NORTE2030, pela Fundação Calouste Gulbenkian e com suporte científico da Faculdade de Psicologia da Universidade do Porto, o projeto promete impactar cerca de 600 jovens nos concelhos de Bragança, Macedo de Cavaleiros e Mirandela. Concebido para abranger crianças e jovens em situação de vulnerabilidade social, o programa irá concentrar-se em alunos dos 2.º e 3.º ciclos e do

ensino secundário. A prioridade será dada a beneficiários de ação social escolar, jovens inseridos em medidas de inclusão ou sinalizados pela Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ). Com sessões de acolhimento, capacitação de professores e encarregados de educação, e laboratórios colaborativos multidisciplinares, o programa procura reduzir o estigma associado à saúde mental, prevenir ansiedade e depressão, e fomentar a resiliência.

O Presidente da UMP, Luís Alberto Silva, sublinha a importância desta iniciativa: “A saúde mental dos jovens portugueses é uma preocupação crescente e, com as responsabilidades que as mutualidades têm na saúde e nas respostas sociais, a UMP sentiu-se impelida a tomar esta iniciativa, procurando fazer uma abordagem inovadora neste contexto e mobilizar o movimento mutualista para este problema.”

A escolha da arteterapia como metodologia central permite que os jovens expressem emoções complexas através da criação artística, promovendo um sentimento de realização e valor pessoal. Sob a orientação de psicólogos, educadores sociais e professores de artes, os participantes terão a oportunidade de explorar os seus talentos criativos enquanto desenvolvem competências socioemocionais. ■

De acordo com o Ministério da Saúde, cerca de 31% dos jovens apresentam sintomas depressivos, a maioria moderados ou graves.



MUTUALISMO EM MOVIMENTO

Projeto marca um novo capítulo na capacitação e modernização da UMP.

Com uma história que remonta ao ano de 1176, o mutualismo em Portugal desempenha um papel fundamental na promoção de práticas solidárias e no apoio às comunidades. A União das Mutualidades Portuguesas (UMP), em sintonia com as mudanças da sociedade contemporânea, lançou o projeto "Mutualismo em Movimento", uma iniciativa ambiciosa destinada a capacitar a UMP e as suas associadas, ampliando o impacto e a eficiência do movimento mutualista no país. Com uma duração de 24 meses e início em maio de 2024, o projeto é cofinanciado pela União Europeia no âmbito do Programa Pessoas2030, integrado nas operações de capacitação dos parceiros da Economia Social do Conselho Nacional para a Economia Social (CNES). Estão previstas ações de capacitação e sensibilização, que

visam a melhoria da capacidade de intervenção e negociação no âmbito das políticas sociais, assim como iniciativas e atividades que promovam a cooperação e o trabalho em rede, aos níveis nacional e europeu.

No âmbito da transição digital, os propósitos da UMP passam por desenvolver ferramentas de base web de comunicação, gestão e partilha de dados no seio das organizações do seu UMP, assim como das suas relações institucionais e comunidade.

O projeto contempla ainda a realização de atividades difusoras do Movimento Mutualista no seio da economia social portuguesa e internacional, o desenvolvimento de ações de análise, troca de experiências e boas práticas inovadoras no seio da Economia Social e Solidária. ■



DIAGNÓSTICO

Identificar necessidades específicas para garantir ações alinhadas às prioridades do movimento mutualista.

REFORÇO DOS GABINETES

Gabinetes como Comunicação e Imagem, Eventos e Informática desempenham um papel essencial para a modernização das mutualidades.

RECURSOS HUMANOS

Formação técnica e prática; promoção de competências que reforçam a sustentabilidade e a inovação.

TRANSFORMAÇÃO DIGITAL

Ferramentas tecnológicas para facilitar o trabalho colaborativo, ampliando a eficácia das associações mutualistas.

SUSTENTABILIDADE

Medidas que integram a agenda de desenvolvimento sustentável ao mutualismo.



ASSISTA AO VÍDEO
PROMOCIONAL
DO PROJETO
MUTUALISMO EM
MOVIMENTO.



DR

Legenda: Na imagem à esquerda, os caminhantes da AMUT que percorreram o Caminho de Santiago. À direita, um trabalho desenvolvido pelas crianças do Mutkids. Na página seguinte, pode-se ver a Clínica de Medicina Integrativa da AMUT, bem como um projeto de Halloween elaborado pelas crianças do Mutkids.

MUTUALIDADES INOVAM NA GESTÃO DOS SERVIÇOS SOCIAIS



DR

Num modelo inovador de gestão social, Gondomar e São Pedro do Sul colocam as associações mutualistas no centro dos serviços sociais, criando benefícios de saúde, apoio à comunidade e iniciativas culturais que vão além do convencional.

Gondomar e São Pedro do Sul são os únicos municípios do país que converteram os serviços sociais dos trabalhadores em mutualidades. Com vantagens. A saúde é o foco principal, há outros apoios e muita atividade. Não é o modelo habitual e comum dos serviços sociais dos trabalhadores de uma câmara municipal. Em Gondomar e São Pedro do Sul, há outra forma de trabalhar, de funcionar. São associações mutualistas que gerem esta área. Com autonomia, independência e liberdade para promover iniciativas que envolvem a comunidade e vão além do que era

suposto. Tudo se encaixa neste novo modelo.

A AMUT – Associação Mutualista de Gondomar tem trabalho em várias frentes, respostas na área da saúde, uma clínica, organiza palestras de temas atuais, formações online, promove caminhadas, faz os caminhos de Santiago, passeios, investe no turismo social, tem um clube de costura, aulas de inglês, momentos de ioga. Nasceu da transformação da Caixa de Previdência dos Trabalhadores da Câmara Municipal de Gondomar, em julho de 2011. Ângela Pereira, presidente

da AMUT, funcionária da Câmara de Gondomar, realça várias componentes e a proximidade à população. “Criar comunidade, criar partilha”, explica. “Temos um conjunto de atividades abertas à comunidade, sejam ou não associados da AMUT, que promovem a qualidade de vida. Quando criamos laços de comunidade, a saúde melhora e a longevidade aumenta”, sublinha. A ciência confirma que assim é. São Pedro do Sul é o outro exemplo em que os serviços sociais dos trabalhadores da câmara municipal estão nas mãos de uma associação mutualista que existe

desde 2002, a primeira desta natureza a ser criada no país. O apoio na área da saúde é ponto de honra, ou seja, a modalidade principal, como um complemento à ADSE, cobrindo o diferencial que não é assegurado por essa via. A associação também dá apoio na área da infância, tem um ATL e um jardim de infância, dois serviços com bastante procura disponíveis a todos. “São respostas sociais não só abertas aos associados, mas também à comunidade”, adianta Paulo Regado, vogal da associação mutualista, e um dos seus fundadores, funcionário da câmara. A estrutura organiza programas culturais, desportivos, caminhadas, torneios de futebol, passeios, várias atividades.

O principal objetivo da AMUT de Gondomar passa por conceder benefícios de saúde, bem como promover e apoiar atividades de natureza social, formação e de solidariedade. Como um seguro de saúde que assegura todas as despesas desta área, seja em medicação, seja em consultas, aos associados no ativo ou aposentados da câmara, exceto despesas de hospitalização. A AMUT tem uma clínica de medicina integrativa aberta a toda a comunidade com vários serviços, psicologia, terapia da fala, fisioterapia, nutrição, osteopatia, reiki, medicina tradicional chinesa, orientação vocacional. A formação online na área da saúde parte do levantamento das necessidades dos associados e concentra-se em vários temas como inteligência emocional, desenvolvimento pessoal, gestão do tempo, iniciação ao reiki. Esta forma de trabalhar faz sentido. A conversão dos serviços sociais em mutualidades tem vantagens. “As associações mutualistas adequam-se melhor aos nossos fins e princípios”, garante Paulo Regado. Um código claro, uma dinâmica maior. “Em termos de regulamento, o enquadramento é total, em termos de benefícios é tudo muito bem enquadrado. A liberdade é de outro modo, o raio de ação é outro em quase todos os campos e áreas”, acrescenta. A Mut, como é conhecida, “é uma marca no concelho”.

Ângela Pereira concorda. Como IPSS (Instituição Particular de Solidariedade Social), associação de utilidade pública, membro da União das Mutualidades Portuguesas, este modo de funcionar encaixa-se bem nos propósitos da AMUT. “Facilita mais ser uma associação mutualista para o tipo de intervenção que fazemos e permite-nos outro tipo de apoios”. “É uma modalidade mais benéfica”, assegura. E é a primeira associação do concelho de Gondomar a conseguir um acordo de cooperação com o IHRU – Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana para disponibilizar 28 habitações a pessoas carenciadas do município, no âmbito do PRR (Plano de Recuperação e Resiliência). Trata-se de um investimento de dois milhões. A reabilitação e a construção de raiz dessas casas arrancaram no segundo trimestre de 2024. ■



“Quando criamos laços de comunidade, a saúde melhora e a longevidade aumenta.”

Ângela Pereira, AMUT de Gondomar



“As associações mutualistas adequam-se melhor aos nossos fins e princípios.”

Paulo Regado, Associação Mutualista de São Pedro do Sul

Num momento de renovação e crescimento para o mutualismo em Portugal, duas instituições históricas juntam-se à União das Mutualidades Portuguesas. Estas adesões refletem a valorização de um legado solidário, alinhado com o compromisso de modernizar e reforçar as respostas aos associados.



DR

A PREVENÇÃO DO PORTO

“PERCEBEMOS QUE A EXPERIÊNCIA E O CONHECIMENTO DA UNIÃO SERIAM FUNDAMENTAIS.”

Fundada em 1966, a Prevenção do Porto junta-se à UMP para fortalecer a sua missão de solidariedade e modernizar a sua atuação.

A Associação de Socorros Mútuos “A Prevenção do Porto” nasceu em 1966, num contexto de dificuldades económicas enfrentadas por funcionários do Serviço de Prevenção e Fiscalização Tributária do Porto. A génese da instituição baseou-se no espírito de solidariedade, quando um grupo de colegas decidiu organizar-se para apoiar financeiramente dois funcionários em situações de doença.

Como destaca Celeste Balreira, presidente da Direção, “foi este princípio de solidariedade que deu origem à Associação, inicialmente criada de forma irregular, mas que se estruturou ao longo dos anos para responder às necessidades dos seus associados”. Desde então, adaptou-se às mudanças sociais e económicas, reformulando os seus estatutos para ampliar os benefícios concedidos e estender o

apoio a outras regiões. Em 1995, consolidou o seu estatuto jurídico como instituição de solidariedade social.

A associação tem uma forte ligação ao mutualismo, enraizada no espírito solidário dos seus fundadores. Como explicou Celeste Balreira, “sou associada desta Associação há mais de 40 anos, e ela sempre esteve vinculada ao ambiente de trabalho dos funcionários da Direção de Finanças do Porto, de onde são originários todos os associados”. A decisão de se filiar à UMP foi motivada pela necessidade de apoio na atualização dos estatutos e no cumprimento de obrigações legais. “Depois de algumas reuniões com os elementos jurídicos da UMP, percebemos que a experiência e o conhecimento da União seriam fundamentais para coordenar e auxiliar as nossas iniciativas”, afirmou a presidente. A principal atividade da associação é cumprir o seu objeto social, que se centra na proteção dos associados. Entre os benefícios oferecidos destacam-se subsídios para intervenções cirúrgicas, aquisição de óculos ou lentes, próteses dentárias e aparelhos auditivos, além do subsídio de funeral. Estes apoios refletem o compromisso da associação com a melhoria das condições de vida dos seus membros. A integração na UMP tem permitido à Associação de Socorros Mútuos “A Prevenção do Porto” reforçar a sua estrutura e preparar-se para os desafios futuros. Apesar de a atualização dos estatutos estar condicionada à revisão do Código das Associações Mutualistas, prevista para 2024, a relação com a UMP tem sido muito positiva. “Sempre que contactamos a UMP, recebemos todo o apoio necessário, pelo que só temos de agradecer”.



Eunice Gonçalves, Presidente da Aliança Mutualista.

ALIANÇA MUTUALISTA

**“O MOVIMENTO MUTUALISTA É UMA
MISSÃO DE APOIO AO PRÓXIMO.”**

A associação lisboeta integra a União das Mutualidades Portuguesas numa nova fase de modernização, com planos que incluem a melhoria dos serviços de saúde.

Num contexto de transformação e modernização do movimento mutualista em Portugal, a Associação de Socorros Mútuos Aliança Mutualista junta-se à União das Mutualidades Portuguesas (UMP), reforçando a rede de instituições dedicadas à proteção social e à promoção do bem-estar das comunidades. Entre os seus projetos, destaca-se a abertura de uma clínica e serviços de fisioterapia, com o objetivo de responder às necessidades de saúde dos associados.

Eunice Gonçalves, presidente do conselho de administração, é já uma figura familiar no universo mutualista, tendo moderado o painel “O Futuro da Geração Mais Bem Preparada de Sempre” no XIV Congresso Nacional do Mutualismo.

Esta filiação surge como um passo natural, respondendo à necessidade de modernização e de reforço da capacidade de intervenção da associação.

“A Associação foi fundada em 1849, num tempo em que era urgente encontrar respostas e garantias na doença e na ‘morte’. À luz dos tempos, pode parecer até bizarro os benefícios que a Associação apontava, mas naquele tempo fazia todo o sentido”, explica a presidente. A motivação dos fundadores é um reflexo de uma visão solidária que permanece atual: “Posso afirmar que o que motivou os nossos fundadores foi esta visão de uma necessidade urgente de apoiar as pessoas nas horas mais difíceis da vida; na doença e na morte, que tem

obrigações financeiras elevadas no imediato.”

Eunice Gonçalves descreve a sua ligação ao movimento mutualista como uma extensão natural dos valores que sempre a acompanharam. “Foi o Escutismo! O movimento mutualista é uma missão de apoio ao próximo. Tal como o escutismo, o que nos move é o crescimento coletivo e o sentido do outro”, partilha. “Na base da minha formação, a minha família tem este pensar e este agir e, como tal, não poderia ser diferente. Acredito que, no passado, presente e futuro, o garante da qualidade de vida e da dignidade humana passa por cuidarmos uns dos outros.” A decisão de se filiar à UMP foi motivada por uma fase de transformação que a Aliança Mutualista pretende concretizar. Eunice Gonçalves explica: “Estamos com projetos de mudança, queremos ir ao encontro daquilo que são as necessidades dos associados. Brevemente iremos abrir uma clínica também com serviços de fisioterapia, entre outros que nos fazem imensa falta na área em que se encontra a sede da Associação, bem como estes serviços ao domicílio. Recorremos à União das Mutualidades Portuguesas para nos apoiar e ajudar a encontrar as diretrizes corretas para as alterações de documentos, estatutos e regulamentos. É a parte burocrática que precisamos de ultrapassar para avançarmos rumo a novos desafios e benefícios,” afirma.

A integração na UMP representa um passo estratégico para a Aliança Mutualista, alinhando tradição e modernização na resposta às necessidades dos seus associados. ■



CLÍNICA DE SÃO CRISTÓVÃO

**UMA REFERÊNCIA NA CAPITAL,
TAMBÉM NA FORMAÇÃO**

Reconhecida pela qualidade dos seus serviços e pelo compromisso com a formação profissional, a Clínica de São Cristóvão em Lisboa acolhe futuros enfermeiros, proporcionando um ambiente prático e inovador que promove o desenvolvimento de competências essenciais para o setor da saúde em Portugal.

Legenda: À esquerda, o enfermeiro Gonçalo Vital, responsável pela coordenação do projeto de formação. À direita, enfermeiras que integram o programa de formação.

“A CLÍNICA POSSUI UM AMBIENTE FAVORÁVEL AO DESENVOLVIMENTO DE PROCESSOS FORMATIVOS EM ENFERMAGEM.”

Situada no coração de Lisboa, a Clínica de São Cristóvão destaca-se pelos serviços de excelência que oferece à comunidade e pela sua contribuição para o futuro da Enfermagem em Portugal. Reconhecida como uma referência na área da saúde, a clínica implementou um programa de formação de enfermeiros que tem atraído a atenção de instituições de ensino superior e de profissionais da área. Gonçalo Vital, enfermeiro responsável pela coordenação deste programa, sublinha o compromisso da clínica em colaborar ativamente com a formação dos futuros profissionais de saúde. “A Clínica de São Cristóvão possui um ambiente favorável ao desenvolvimento de processos formativos em Enfermagem”, explica à MUT. “Consideramos ser prestigiante cooperar com as escolas superiores de saúde, assim como no desenvolvimento da Enfermagem em Portugal. Pretendemos assim, que desta cooperação resulte a captação de talentos para num futuro próximo integrarem as nossas equipas de enfermagem.”

PARCERIAS E ÁREAS DE FORMAÇÃO

O programa resulta de parcerias interinstitucionais com instituições

de ensino superior, nomeadamente a Escola Superior de Saúde Ribeiro Sanches do Instituto Politécnico da Lusofonia, a Escola Superior de Saúde do Politécnico de Leiria, e a Escola Superior de Enfermagem São Francisco das Misericórdias. As atividades práticas ocorrem em várias unidades da clínica, proporcionando aos estudantes uma formação abrangente e diversificada. “Unidade de Cuidados Continuados; Internamento Cirúrgico; Residência Medicalizada; Bloco Operatório; e Unidade de Cuidados Pós Anestésicos” são algumas das áreas destacadas por Gonçalo Vital.

ESTRUTURA E IMPACTO

Os estágios variam entre 140 e 300 horas, dependendo da instituição de ensino e do ano letivo dos estudantes. Durante este período, os futuros enfermeiros beneficiam de um acompanhamento estruturado, integrando-se em equipas multidisciplinares que lhes permitem desenvolver competências essenciais. Quanto ao impacto, Gonçalo Vital observa que o *feedback* das instituições parceiras tem sido

extremamente positivo. “Após o fim dos estágios, os estudantes reúnem nas escolas com os docentes e o *feedback* transmitido é muito favorável. Estes consideram que a Clínica de São Cristóvão possui uma ótima estrutura física e os recursos humanos (enfermeiros, auxiliares e médicos) são muito competentes para o ensino prático da enfermagem.”

DESAFIOS E PERSPETIVAS

Apesar dos resultados positivos, o programa enfrenta desafios contínuos. Gonçalo Vital identifica dois em particular: “Os principais desafios deste projecto são a candidatura à Acreditação da Idoneidade Formativa dos Contextos de Prática Clínica pela Ordem dos Enfermeiros, assim como a formação de jovens enfermeiros.” Com um modelo de formação que alia prática e excelência, a Clínica de São Cristóvão reafirma o seu papel como uma instituição de referência na área da saúde, contribuindo para o cuidado dos pacientes e para o fortalecimento do futuro da enfermagem em Portugal. ■



Vista aérea da Clínica de São Cristóvão.



A BENEFICÊNCIA FAMILIAR

SEIS MILHÕES PARA INICIAR NOVO CICLO

A Beneficência Familiar do Porto dá início a um novo ciclo de atuação, com um investimento de seis milhões de euros na sua nova sede.

No contexto contemporâneo das mutualidades portuguesas, observa-se um desafio constante em conciliar os valores da solidariedade e da cooperação com as exigências do presente, que requerem respostas cada vez mais complexas e adaptadas às necessidades das comunidades locais. No âmbito deste esforço de renovação e expansão, destaca-se a iniciativa d'A Beneficência Familiar do Porto que, através de um investimento significativo de seis milhões de euros, inaugurou

um novo ciclo de desenvolvimento ao ampliar os serviços prestados aos seus associados e à comunidade que serve. Composto por sete pisos, o novo edifício, situado na Rua Formosa, frente ao icónico Mercado do Bolhão, foi concebido para oferecer uma infraestrutura moderna e completa. A clínica de imagiologia e radiologia é um dos principais destaques, equipada com tecnologia de ponta, como TAC, mamografias, densitometria óssea, ecografias e ressonância magnética.



Carlos Jorge, Presidente do Conselho de Administração d'A Beneficência Familiar.



ASSISTA AO EPISÓDIO DO MUTUAL XXI SOBRE A NOVA SEDE D'A BENEFICÊNCIA FAMILIAR.

“Não há nenhuma resposta mutualista desta natureza no norte.”



Segundo Carlos Jorge Silva, Presidente do Conselho de Administração, “o nosso objetivo é prestar o serviço aos associados mutualistas, pois não há nenhuma resposta mutualista desta natureza no norte. Para esse fim teremos que ter uma convenção com o Serviço Nacional de Saúde (SNS), porque não havendo taxas moderadoras naturalmente não teremos capacidade de pôr a funcionar uma clínica com estas características”.

Esta aposta, contudo, não se limita ao âmbito da saúde. Além dos serviços clínicos, a nova sede alberga um conjunto diversificado de espaços dedicados ao lazer e ao bem-estar. As instalações incluem um ginásio, sauna, banho turco e piscina, além de uma parafarmácia e uma ótica, esta última resultado de uma parceria com outra mutualidade da região. Também foram disponibilizados cofres robotizados, acessíveis 24 horas por dia.

O compromisso com a inclusão e o bem-estar estende-se à Universidade Sénior Mutualista, que ganhou um novo impulso com a mudança para as novas instalações. A oferta formativa, que anteriormente se limitava a aulas de idiomas e informática, foi expandida para incluir atividades físicas como taichi, ginástica, yoga, pilates clínico e hidroterapia, promovendo assim o envelhecimento ativo e a qualidade de vida dos seus alunos. Outro elemento fundamental na expansão dos serviços foi a abertura da cantina, que opera sob uma lógica de preços mutualistas e está aberta ao público em geral.

O investimento na nova sede da Beneficência Familiar traz desafios para garantir a sustentabilidade dos serviços oferecidos. “Esta é nitidamente uma nova etapa, um novo paradigma. Há uma grande responsabilidade envolvida”, afirma Carlos Jorge Silva. “Precisamos torná-la rentável do ponto de vista económico e financeiro. O nosso desafio para os próximos tempos é ter tudo a funcionar na perspetiva associativa, garantindo que os nossos associados possam usufruir dos vários serviços disponíveis e que sejam cada vez mais acessíveis para todos.” ■

FÉRIAS PARA RECUPERAR ENERGIAS

E POUPAR TAMBÉM!

LAZER

Unidades hoteleiras e parques de campismo e bungalows sugerem dias de descanso, longe do stress e da rotina, com propostas de encher o olho. E com descontos para colaboradores e associados das filiadas da União das Mutualidades Portuguesas.

Quando o verão se instala, os dias alongam-se e o ritmo desacelera, convidando a uma pausa. O corpo pede sossego, a cabeça ar puro, os olhos outros ares e outros cenários. Se já faz planos para as férias, deixamos-lhe algumas dicas. Até para poupar. O Grupo Prainha tem três unidades à disposição no Algarve. O Vila Galé apresenta uma oferta diversificada pelo país.

A Orbitur tem parques de campismo rente à costa e não só. Em todos estes sítios, há vantagens para associados e colaboradores das estruturas filiadas na União das Mutualidades Portuguesas. É só escolher, fazer as malas, e ir.

Os pequenos-almoços podem ser prolongados e os dias, sem pressas, passados entre a praia e a piscina. Dentro ou fora de água.

O Grupo Prainha tem três unidades: Aldeamento da Prainha e Prainha Clube, em Alvor, e o Vitasol Park, em Lagos. Apartamentos e vilas com vista para o mar e com as comodidades que se procuram em tempo de férias e de descanso. Tudo pensado para que tudo seja perfeito, seja sozinho, seja acompanhado, em família.



O QUE NÃO PERDER EM LAGOS



O QUE NÃO PERDER NO ALVOR

A dois passos do mar, do campo e da cidade. Até parece que as férias duram mais tempo. O grupo tem descontos de 5% e 10% para colaboradores e associados das filiadas da União das Mutualidades Portuguesas.

O grupo Vila Galé, um dos principais grupos hoteleiros portugueses, está em vários lugares, de norte a sul. Tem 31 hotéis em Portugal e 10 no Brasil. A oferta é extensa e os cenários diversos para escapar das rotinas em paisagens no campo, junto à praia ou na cidade. O cardápio é bem composto. Tem experiências, como aprender a vindimar, e gastronomia para provar. Tem trajetos culturais e património para conhecer. Tem vinhos e azeites para apreciar. Tem spa e cuidados de beleza para aproveitar. Tem momentos românticos e mergulhos. Tem desportos, golfe, ténis, surf. Tem passeios de charrete pela natureza. Tem música. E tem descontos de 10%, em qualquer regime disponível e em vários serviços, para associados das filiadas da União das Mutualidades

Portuguesas, tanto em estadias em Portugal como no Brasil.

O Grupo Solverde oferece o Hotel Algarve Casino, uma unidade de cinco estrelas situada na Praia da Rocha, em Portimão. Este hotel combina conforto e requinte, proporcionando vistas deslumbrantes para o mar e acesso direto à praia. As instalações incluem piscinas de água salgada, spa, e diversas opções de lazer e entretenimento. Os associados e colaboradores das filiadas da União das Mutualidades Portuguesas beneficiam de condições especiais de reserva.

Finalmente, o Grupo Pestana disponibiliza várias unidades hoteleiras de excelência. Entre elas, destaca-se o Pestana Alvor Praia, um resort de cinco estrelas com acesso direto à Praia dos Três Irmãos, oferecendo uma experiência única de conforto e luxo. Além disso, o Pestana Blue Alvor Beach é um resort inclusivo especialmente dedicado a famílias, situado próximo das mais belas praias de Alvor. Os associados

e colaboradores das filiadas da União das Mutualidades Portuguesas podem usufruir de descontos atrativos nestas unidades.

Orbitur é sinónimo de parques de campismo e bungalows com várias configurações e modelos diversos pensados para diferentes tipos de pessoas. Há espaços para toda a procura junto ao litoral norte, centro, sul, algarve, e no interior alentejano. A Orbitur, o maior grupo de parques de campismo e bungalows no nosso país, sugere atividades em programas dentro de água, na praia, no campo, na cidade. Turismo ecológico com experiências bem próximas da natureza, observação de aves, percursos pedestres, fauna e flora sempre por perto. Turismo ativo de aventura, desportos radicais, passeio de canoa, paintball, slide, adrenalina a ferver. O desconto é de 50% do valor base válido para o ano na adesão ao sistema de fidelização Orbitur Camping Club às filiadas e associados da União das Mutualidades Portuguesas. ■

PARCEIROS INSTITUCIONAIS



GOVERNO
DA REPÚBLICA
PORTUGUESA



ASAE



CÂMARA
MUNICIPAL
DE LISBOA



IHRU



POLITÉCNICO
DE LEIRIA



ISCAP



MUNICÍPIOS
PORTUGUESES



UNIVERSIDADE
CATÓLICA
PORTUGUESA

PROTOCOLOS



PARA CONHECER OS PROTOCOLOS, DESCONTOS E VANTAGENS DESTINADOS ÀS ASSOCIAÇÕES MUTUALISTAS FILIADAS E AOS SEUS ASSOCIADOS, VISITE O NOSSO WEBSITE EM MUTUALISMO.PT



MÃOS QUE CUIDAM E PROTEGEM

saúde

ASSISTÊNCIA MÉDICA
E MEDICAMENTOSA

Previdência
e poupança

JUVENTUDE, REFORMA,
DESEMPREGO, SOBREVIVÊNCIA,
INVALIDEZ...

Proteção
social

LARES, CENTROS DE DIA,
APOIO DOMICILIÁRIO, CRECHES
E JARDINS DE INFÂNCIA

FAÇA PARTE DESTA MOVIMENTO



**SEMPRE A SEU LADO,
DA INFÂNCIA À VELHICE**



COM OS PORTUGUESES
DESDE 1176